



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 05
REALIZADA EM 22/11/2019

-----ATA NÚMERO CINCO/DOIS MIL E DEZANOVE -----

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO MARCO DE CANAVESES
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019 -----

----Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e trinta minutos, nesta cidade do Marco de Canaveses, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Largo Sacadura Cabral, reuniu a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Jorge Francisco Vieira**, coadjuvado por **Bruno Daniel Sousa Caetano**, Primeiro Secretário, e **Maria Gorete Lopes Pinheiro**, Segunda Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: -----

----PONTO UM – Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----PONTO UM, PONTO UM – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia 27/09/2019. -----

----PONTO UM, PONTO DOIS – Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

---- PONTO DOIS – Período de Intervenção do Público, nos termos dos n.º 1 e 6 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e n.º 3 do art.º 18.º e dos art.º 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

PONTO TRÊS – Período da Ordem do Dia. -----

----PONTO TRÊS, PONTO UM – Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município. -----

----PONTO TRÊS, PONTO DOIS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento – ano financeiro 2020. -----

----PONTO TRÊS, PONTO TRÊS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente à Taxa de Lançamento de Derrama para o ano de 2019. -----



---PONTO TRÊS, PONTO QUATRO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2019. -----

---PONTO TRÊS, PONTO CINCO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente à participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares relativa aos rendimentos de 2020. -----

---PONTO TRÊS, PONTO SEIS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2020. -----

---PONTO TRÊS, PONTO SETE – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente à Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores. -----

---PONTO TRÊS, PONTO OITO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à 3.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal do Marco de Canaveses – ano económico 2019. -----

---PONTO TRÊS, PONTO NOVE – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. -----

---PONTO TRÊS, PONTO DEZ – Para conhecimento: Informação sobre os Compromissos Plurianuais face à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA. -----

---PONTO TRÊS, PONTO ONZE – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente ao recrutamento para cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Económico. -----

---PONTO TRÊS, PONTO DOZE – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal para a autorização para assunção de compromissos plurianuais – 4.ª Revisão às



Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para o ano económico de 2019 e seguintes.

----Pelas vinte e uma horas, o Presidente da Assembleia Municipal mandou proceder à contagem, tendo sido dado como presentes, de acordo com o mapa já rubricado, os seguintes membros: -----

----Jorge Francisco Vieira, Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales, Flávia Isabel Pereira da Silva, Maria do Céu Brandão Azevedo, Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha, Maria Gorete Lopes Pinheiro, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Bruno Daniel Sousa Caetano, Nuno Vítor Diogo Pinto, Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, Mário Luís da Silva Monteiro, Ana Maria Madureira Ferreira, Susana Maria Machado Loureiro, Leandro Manuel Vieira de Queirós, Américo Ricardo Ribeiro Moreira, Manuel Fernando da Costa Vieira, Marta Alexandra Regadas de Sousa, Célia Cristina Barbosa Monteiro da Costa, Luís Carlos Soares Vieira, José Pedro Pinto dos Reis, Luciano Filipe Cardoso Costa, Abílio Moreira de Castro, António Adão da Silveira Monteiro, Joaquim Eduardo Mendes da Silva, José Fernando de Barros Barbosa, Maria de Fátima Teixeira Cerqueira (substituta legal do Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, Miguel João Teixeira Carneiro, de acordo com a alínea c) do n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do Artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), António Maria Fernandes Esteves (substituto legal do Presidente da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, Domingos Manuel Soares Dias, de acordo com a alínea c) do n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do Artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), Manuel Azevedo de Sousa, Ricardo Manuel da Silva Soares, Nelson Toni Moreira Coelho, Joaquim Miguel Magalhães Queirós, Eduardo Celso Machado de Queirós Santana, José Leitão do Couto, Maria José Pinto Cerqueira e Fernando Joaquim Teixeira Monteiro.-----

----Faltaram os Membros da Assembleia Municipal, Isabel Maria Barbosa Madureira e António da Costa Pinto. -----



----O plenário contou com a presença do Executivo da Câmara Municipal: **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira** – Presidente, **Mário Bruno da Silva Magalhães**, Vice-presidente, e Vereadores em regime de não permanência, **Paula Alexandra Rabaçal Marques** e **José António Carvalho Soares da Mota**. Faltando o Senhor Vereador em regime de permanência **Paulo Jorge Silva Couto** e o Senhor Vereador em regime de não permanência **Paulo Ramalheira Teixeira**. O Vereador **António Fernandes de Sousa Dias**, ausente ao abrigo do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação. -----

----Iniciando a sessão com trinta e quatro (34) membros, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, depois de cumprimentar todos os presentes, informou que se iriam realizar dois atos de tomada de posse, pelo que deu a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, **Bruno Daniel Sousa Caetano**, que a fim de proceder à sua instalação como membros desta Assembleia Municipal, chamou **Flávia Isabel Pereira da Silva** e **Maria do Céu Brandão Azevedo**, para preenchimento das vagas, por ausência inferior a trinta dias, dos membros **Bruno Sérgio Moreira Caetano** e **Maria Estela Vieira Freitas**. -----

----Após a leitura dos termos de posse feita em voz alta pelo Primeiro Secretário, **Bruno Daniel Sousa Caetano**, e da prestação do juramento de honra, foram os mesmos assinados, e o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, considerou-os instalados, nos termos do disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do n.º 2 do art.º 54.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----Em seguida, o **Presidente da Mesa**, por solicitação do Executivo Camarário, apresentou ao plenário uma proposta para introdução de um ponto adicional na ordem de trabalhos, a qual foi aprovada por **unanimidade**, passando este ponto a figurar como o Ponto Três, Ponto Doze da agenda da presente sessão ordinária. -----

----O **Presidente da Mesa** também deu nota da necessidade de se proceder à substituição de dois



documentos em que foi detetado um erro de escrita, relacionados com os Pontos Três, Ponto Três e Três, Ponto Quatro da ordem de trabalhos. Nada havendo a opor por parte do plenário, efetuou-se a referida substituição. -----

---O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal entrou de imediato no **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos. -----

----**PONTO UM, PONTO UM – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia 22/09/2019.** -----

---O Presidente da Mesa informou que nos termos do n.º 3 do Artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de sete de janeiro, não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que esta respeita, sendo estes: Flávia Isabel Pereira da Silva; Maria do Céu Brandão Azevedo; Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira; Abílio Moreira de Castro; Maria de Fátima Teixeira Cerqueira; António Maria Fernandes Esteves; Manuel Azevedo de Sousa; Joaquim Miguel Magalhães Queirós. -----

---Não havendo inscrições para intervir, por parte do plenário, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu de imediato à votação o **Ponto Um, Ponto Um** da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**, com vinte e cinco (25) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

----**PONTO UM, PONTO DOIS – Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.** -----

---Abertas as inscrições para o ponto supracitado, inscreveram-se os membros da Assembleia Municipal, cujas intervenções são em seguida resumidas. -----

--- O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Joaquim Teixeira Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles (PPD/PSD), começou a sua intervenção



endereçando um agradecimento à Presidente da Câmara e ao seu Executivo pela conclusão da obra no Pavilhão Gimnodesportivo António Ferreira Soares, na sua freguesia, que veio melhorar sobremaneira o equipamento existente, contribuindo para a sua preservação e conferindo maior dignidade à prática desportiva, nas diversas modalidades neste praticadas. -----

----Agradeceu de igual modo a disponibilidade evidenciada pela Presidente da Câmara em acompanhar a visita do Diretor da Segurança Social do Distrito do Porto ao Centro Social de Vila Boa de Quires, bem como a sua sensibilidade para as necessidades elencadas e o seu empenho em transmiti-las adequadamente ao representante da Segurança Social. Deu nota de que esta associação acolhe atualmente trinta e sete idosos em centro de dia e cerca de vinte em apoio domiciliário, num trabalho que assenta totalmente na base do voluntariado, já para não falar nos utentes que se vê obrigado a rejeitar, por manifesta falta de capacidade para lhes prover o necessário sustento. Neste aspeto, frisou a extrema importância deste equipamento, e em especial do centro de dia, para combater o isolamento na terceira idade. -----

----Abordando algumas questões já suscitadas em anteriores sessões da Assembleia Municipal, relativas à sua freguesia, solicitou um ponto de situação em relação à colocação de iluminação pública em áreas deficitárias em Vila Boa de Quires e Maureles, apelando ao empenho do Executivo para diligenciar junto da EDP, para que rapidamente as luminárias necessárias possam ser colocadas, nomeadamente na Rua de Miratâmega (que liga a Abragão), na Rua dos Amieiros e Rua do Vau. -----

----Falou também sobre o projeto solicitado para a requalificação do Largo da Igreja, em Vila Boa de Quires, salientando ser importante destrinçar definitivamente as zonas de estrada e de parque de estacionamento, com o intuito de conferir uma imagem mais digna àquela que é uma das principais entradas da sua freguesia, valorizando o património existente, nomeadamente a Igreja que integra a Rota do Românico e o Centro Pastoral. -----



----Recordou ainda o pedido para colocação de passeios na Rua de Miratâmega, de modo a salvaguardar a segurança dos vários transeuntes que passam por esta via. Tendo conhecimento de que nessa área será efetuado um investimento num loteamento, que prevê a colocação de infraestruturas, questionou se seria eventualmente possível integrar nesse investimento a construção de passeios, para que no futuro seja possível equacionar uma ligação até Maureles. -----

----Concluiu a sua intervenção, agradecendo ao Executivo a sua melhor atenção em relação às questões suscitadas. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **Eduardo Celso Machado de Queirós Santana**, Presidente da Junta de Freguesia do Marco (PS), introduziu a sua intervenção perguntando se as obras de requalificação da Escola EB1 da Barroca estarão concluídas a tempo de serem inauguradas por ocasião do início do segundo período letivo. -----

----Sendo uma das questões mais suscitadas pela população da sua freguesia, questionou se já existe uma previsão para a conclusão da obra do novo Centro Cultural do Marco, e quais as valências que este irá disponibilizar aos Marcoenses. -----

----Perguntou ainda qual a previsão para a conclusão da primeira fase de regeneração da Avenida Eng.º Adelino Amaro da Costa, junto à Escola Secundária. -----

----Seguidamente, indagou se o Executivo Camarário já tem projetada uma solução para os constantes constrangimentos de trânsito verificados na Avenida dos Bombeiros Voluntários, junto à Ponte de Canaveses. Face aos investimentos que o Governo pretende efetuar nas vias rodoviárias – a par da aposta na ferrovia – declarou que o Município de Marco de Canaveses poderá eventualmente equacionar reivindicar a construção de uma nova travessia sobre o Rio Tâmega, ou no mínimo o alargamento da ponte existente. -----

----Passou a agradecer as intervenções que têm vindo a ser realizadas na sua freguesia, destacando-se a conclusão da Rua de Esmoriz e Covas de Baixo, que permite à população da ex-Freguesia do



Freixo um acesso mais direto e célere ao centro da Freguesia do Marco, bem como o investimento em passeios em áreas estratégicas, designadamente na Rua Arlindo Gonçalves Soares, na Rua do Casal e na Rua Saint Georges lès Baillargeaux. -----

---O Membro da Assembleia Municipal, **Luís Vales** (PPD/PSD), no uso da palavra, começou por fazer referência ao compromisso assumido pela Presidente da Câmara, na sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal, e amplamente divulgado pelos órgãos de comunicação social, no sentido de isentar os Marcoenses do pagamento das taxas de ligação à rede pública de abastecimento de água e de saneamento, com a Câmara Municipal a assumir integralmente, perante a empresa concessionária, o pagamento destas taxas, mediante uma estratégia de plafonamento. Assim sendo, e estando aparentemente em curso os procedimentos tendentes à implementação desta medida, questionou se a Câmara Municipal considera razoável que representantes da empresa concessionária se dirijam às portas dos Marcoenses, acompanhados por forças militarizadas da Guarda Nacional Republicana, para proceder ao tamponamento do saneamento. -----

---Findos dois anos do corrente mandato, e sendo esta uma altura oportuna para efetuar um balanço do mesmo, solicitou ao Executivo, através da Mesa da Assembleia Municipal, a disponibilização de informação da contabilidade de custos referente aos recursos humanos e maquinaria cedidos pela Câmara Municipal a cada uma das freguesias nos últimos dois anos, de modo a que a Bancada do PSD possa aferir se estão a ser integralmente cumpridos os princípios de equidade territorial e de igualdade de tratamento. -----

---Passando a abordar os projetos do PARU, questionou o Executivo em relação ao anteprojeto existente para a Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, dando voz às preocupações manifestadas por vários residentes e comerciantes, com a previsível redução de lugares de estacionamento no Largo António Queirós Montenegro. Tendo o anterior Executivo liderado pelo PSD sido confrontado



com essa mesma possibilidade em mandato anterior, optou à época por não avançar com o projeto, tendo solicitado ao Gabinete de Projetos a apresentação de alternativas viáveis, que não colocassem em causa o estacionamento naquele local. Tendo conhecimento da intenção da Câmara Municipal de adquirir, a entidade privada, um parque de estacionamento junto ao Centro de Saúde do Marco, por trezentos mil euros (300.000€), apelou a uma maior ponderação e propôs ao Executivo que equacione a alteração do projeto e que proceda à aferição da viabilidade da construção de um parque subterrâneo no Largo António Queirós Montenegro, de acordo com o entendimento de que esta poderá ser a solução que melhor serve e defende os interesses dos residentes e dos comerciantes daquela zona da cidade. -----

----Ainda relativamente ao PARU, congratulou-se com a notícia publicada, que anuncia que o Centro Cultural do Marco irá abrir as suas portas até ao final do ano. Realçou o arrojo do anterior Executivo em projetar esta intervenção, orçada em cerca de um milhão e trezentos e cinquenta mil euros (1.350.000€), numa altura em que a Câmara Municipal possuía uma situação financeira bastante mais condicionada, visando o enriquecimento cultural do Marco de Canaveses. -----

----Na sequência das declarações proferidas pelo deputado do Partido Socialista, **Bruno Caetano**, na última Assembleia Municipal, segundo as quais até ao final do mês de outubro do corrente ano seria assinado o auto de consignação para a construção do IC35, perguntou se já existem desenvolvimentos concretos sobre esta matéria, e se a Câmara Municipal já tem informação mais tangível sobre uma previsão para o início da construção desta via estruturante. -----

----Por fim, tendo sido noticiado pelos órgãos de comunicação social que a eletrificação da Linha do Douro entre o Marco de Canaveses e a Régua, anunciada pelo Primeiro Ministro, em campanha eleitoral, e com previsão de conclusão até ao final de dois mil e vinte, terá sido adiada, questionou se a Presidente da Câmara teve conhecimento prévio desta intenção do Governo e se saberá as razões que estiveram na base desta tomada de decisão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 05
REALIZADA EM 22/11/2019

---O Membro da Assembleia Municipal, **Luciano Filipe Cardoso da Costa**, Presidente da Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa (CDU), deu início à sua intervenção agradecendo ao Executivo Municipal a forma empenhada como criou as condições para se avançar com a obra de construção da casa mortuária em Banho e Carvalhosa, que se perspectiva que venha a ser inaugurada no início do próximo ano. -----

---Manifestou a sua satisfação por ter acompanhado a Presidente da Câmara numa visita às futuras instalações da Associação Desportiva de Carvalhosa, tendo ficado particularmente sensibilizado com a disponibilidade da Câmara Municipal de Marco de Canaveses em apoiar esta obra, ciente das dificuldades financeiras com que esta associação se depara. -----

---Por fim, chamou a atenção para a necessidade de instalar uma cobertura na Escola EB1 de Regoufe, que permita que os alunos realizem atividade física mesmo com condições meteorológicas adversas. -----

---O Membro da Assembleia Municipal, **Joaquim Monteiro da Rocha** (CDS-PP), no uso da palavra, passou a ler o voto de pesar que seguidamente se transcreve. -----

---Voto de Pesar – *“Faleceu, no passado dia oito de outubro, o Senhor Avelino Ferreira Torres, que foi Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses durante vinte e três anos, de 1982-2005, e seu vereador antes e depois de ser Presidente.* -----

---A Câmara Municipal, por iniciativa da Senhora Presidente, já lhe rendeu justa homenagem, aprovando um sentido voto de pesar e decretando três dias de luto municipal pelo seu falecimento.

---E esta Assembleia Municipal não pode ficar indiferente perante o falecimento desta singular figura que marcou o Marco durante mais de um quarto de século, seja como dirigente associativo nas suas vertentes desportiva, recreativa, cultural e humanitária, seja, sobretudo, como autarca. -

---Amava o Marco, sonhou desenvolvê-lo, o Povo confiou-lhe essa missão e ele conseguiu bem desempenhá-la, como atestam as múltiplas infraestruturas sejam rodoviárias, sejam desportivas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 05
REALIZADA EM 22/11/2019

sejam de ensino que surgiram, por todo o concelho, durante os seus mandatos, e tanto contribuíram para o progresso do nosso Município. -----

---E as suas muito participadas exéquias foram a manifestação do carinho que o povo nutria por este homem, que foi líder incontestado deste concelho durante duas décadas, e que será lembrado por muitas mais. -----

---Considerando tudo isto, a Assembleia Municipal do Marco de Canaveses, nesta sua primeira reunião após o seu falecimento, expressa o seu sentido pesar pelo falecimento do Senhor Avelino Ferreira Torres, ex-Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, voto este a transmitir aos seus familiares. -----

---Marco de Canaveses, 22 de novembro de 2019 -----

---Os Proponentes” -----

*---O Membro da Assembleia Municipal, **Mário Luís Monteiro** (CDS-PP), no uso da palavra, e na sequência da recente greve dos alunos na Escola EB 2/3 de Alpendorada, começou por reforçar o apelo pela celeridade na substituição das coberturas de amianto remanescentes em estabelecimentos escolares no concelho. -----*

---Depois, louvou a Confraria do Granito pela organização de uma tertúlia que abordou o delicado tema da tuberculose e doenças pulmonares, com particular incidência nos trabalhadores ligados ao setor da extração de pedra. -----

---Embora ciente de que não será uma competência direta da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, renovou o apelo relacionado com o escoamento da água na Ponte de Entre-os-Rios, que além de condicionar a passagem, não estará a proporcionar uma boa imagem, em especial num país que acolhe um número significativo de turistas. -----

---Deu nota da realização de mais uma edição do Corta-Mato Escolar, que uma vez mais bateu o record do número de inscrições, com cerca de oitocentos e cinquenta alunos inscritos, desde o



quarto até ao décimo segundo ano. Aproveitou para agradecer a inestimável colaboração da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, da Cruz Vermelha e da GNR na realização desta atividade. -----

---Também uma referência para o Dia de Raquetes, torneio Interescolas que se realizou no dia vinte e um de novembro, numa organização conjunta entre o Agrupamento de Escolas de Alpendorada e a Câmara Municipal, que contou com a participação de mais de cem alunos e com a presença do vereador com o pelouro do desporto, Paulo Couto. -----

---Perguntou se já existem desenvolvimentos sobre o estudo de reformulação do trânsito na Avenida Francisco Sá Carneiro, na área mais próxima do estabelecimento escolar. -----

---Associou-se ao voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Câmara, Avelino Ferreira Torres, um homem que apesar de não agradar a todos, será certamente lembrado pelo seu dinamismo e pelo contributo para o desenvolvimento do Marco de Canaveses, terra que amava. ---

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira**, em resposta às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal, e começando pela intervenção do deputado **Fernando Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, destacou a importância de sensibilizar o Diretor do Instituto de Segurança Social para a necessidade de o Centro Social de Vila Boa de Quires poder contar com um acordo de cooperação com a Segurança Social, para fazer face às despesas de funcionamento deste equipamento, tendo em consideração o inestimável serviço prestado à população sénior da freguesia. Neste sentido, afirmou que a Câmara Municipal assumiu nessa visita e reunião esse empenho, estando desde já agendada uma reunião com a Associação das Obras Sociais S. Vicente de Paulo, entidade que gere institucionalmente o Centro Social de Vila Boa de Quires. Além disso, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses também se disponibilizou para apoiar financeiramente o Centro Social, para fazer face a eventuais despesas adicionais. Alertou, no entanto, que a nova forma de candidatura a



protocolos com o Instituto de Segurança Social implica uma inscrição em plataforma eletrónica (PROCOOP) e o cumprimento de todos os requisitos estabelecidos, havendo legítimas expetativas de que o Centro Social de Vila Boa de Quires, à semelhança do que tem acontecido com outras instituições do concelho, possa vir a ser contemplado com um protocolo de cooperação com o Instituto de Segurança Social. -----

----Em relação à iluminação pública, explicou que efetivamente os atrasos na colocação de luminárias são da exclusiva responsabilidade da EDP, reportando inclusivamente situações em que a Câmara Municipal já efetuou o pagamento das mesmas há vários meses. Sendo um assunto acompanhado de perto pelo Vereador Mário Bruno Magalhães e discutido em várias reuniões com a EDP, a empresa criou uma plataforma eletrónica para emissão e acompanhamento dos vários pedidos efetuados, com informação sobre a data prevista para colocação de iluminação pública nos locais solicitados. -----

----Acrescentou que por manifesta insuficiência de recursos humanos, a EDP atualmente subcontrata a colocação de luminárias a empresas externas, o que infelizmente também não contribuiu para a celeridade pretendida nestes procedimentos, constrangimento que não se esgota na Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, mas que é transversal a todo o território concelhio.

----Manifestou total abertura para dialogar com o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles acerca de um estudo para valorização do Largo da Igreja, podendo o local específico ser visitado no próximo dia de atendimento público à população da freguesia. -----

----Informou que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses tem feito um investimento significativo na construção e requalificação de passeios, através de fundos comunitários da CCDRN, no âmbito do PAMUS. Aguardando-se a reprogramação destes fundos comunitários, perspetiva-se que possa haver um reforço da verba disponível, o que poderia conduzir a um alargamento da abrangência das intervenções, estando desde já elencadas algumas prioridades no



concelho, nomeadamente no centro da cidade e junto à área industrial. -----

----Respondendo ao deputado **Celso Santana**, Presidente da Junta de Freguesia do Marco, indicou que a obra na Escola EB1 da Barroca está a decorrer de acordo com a previsão, com um investimento calculado em cerca de duzentos e cinquenta mil euros (250.000€), que se aproxima já da sua fase final. As intervenções em curso incluem, entre outras, a renovação da instalação elétrica, o remate do azulejo exterior e a regulação do passeio com saibro, e prevê-se que estejam concluídas a tempo do início do segundo período letivo. -----

----Quanto ao Centro Cultural, a previsão é que este esteja concluído e em pleno funcionamento até ao final do ano. -----

----Fazendo a ligação à intervenção do deputado **Luís Vales**, explicou que o atraso na execução da obra do Centro Cultural do Marco ficou a dever-se ao facto de o projeto herdado se encontrar aquém das expetativas do Executivo, com alguns constrangimentos técnicos identificados, por exemplo, ao nível do palco (cuja dimensão apenas suportava a realização de conferências), entre outras questões que obrigaram à reformulação do projeto. Tendo resultado efetivamente num atraso significativo, argumentou que terá valido a pena inovar e reformular o projeto original, passível de dar uma resposta mais efetiva para o desenvolvimento cultural do Marco de Canaveses.

----Fez notar que, naturalmente, a inauguração do Centro Cultural do Marco estará dependente da realização de todas as vistorias técnicas necessárias à utilização do espaço. -----

----Relativamente ao viaduto da Avenida dos Bombeiros Voluntários, declarou que a Câmara Municipal já avançou com um anteprojecto, aguardando-se o agendamento de uma reunião com o Secretário de Estado, para discussão deste tema. -----

----Revelou que o investimento na atual travessia sobre o Rio Tâmega rondará os dois milhões de euros (2.000.000€), havendo a expetativa de que o Governo possa vir a compartilhar financeiramente esta obra, de acordo com o compromisso de valorização das vias rodoviárias



assumido, assunto que também será discutido na reunião a agendar com o Secretário de Estado. ---

----Acrescentou que embora a criação de uma nova ponte sobre o Rio Tâmega seja um anseio e ambição naturais, não existem perspetivas de que, num futuro próximo, exista disponibilidade financeira para executar esta obra, pelo que a prioridade será apostar na construção do novo viaduto para resolver o problema de trânsito mencionado. -----

----Reconheceu publicamente o empenho do Presidente da Junta de Freguesia do Marco naquilo que é a identificação das necessidades da sua freguesia e posterior reencaminhamento para a Câmara Municipal, num trabalho articulado que tem produzido frutos. -----

----Passando para a intervenção do deputado **Luís Vales**, relativamente à postura que a empresa concessionária Águas do Marco tem adotado ultimamente, informou que a Câmara Municipal tem procurado apoio jurídico para defender os interesses dos munícipes. No entanto, esclareceu que as medidas de tamponamento por parte da empresa não consubstanciam qualquer ilegalidade, uma vez que os munícipes recebem pelo menos duas comunicações prévias. -----

----Com o intuito de atenuar esta situação, a Câmara Municipal solicitou à empresa concessionária que possa dar à autarquia conhecimento prévio e com a antecedência adequada de quais as freguesias e locais específicos em que prevê realizar o tamponamento, por forma a que possa ser agilizada com as Juntas de Freguesia a célere identificação dos respetivos proprietários, o que permite que o processo possa ser instruído diretamente nas Juntas de Freguesia, sendo que quando o mesmo é remetido para a Câmara Municipal, já se faz acompanhar por todos os documentos necessários. Recolhida essa informação, os técnicos da Câmara Municipal deslocam-se aos locais para perceber se as habitações que serão alvo de tamponamento poderão eventualmente beneficiar de isenção de taxas, consoante o cumprimento dos requisitos predefinidos para o efeito. -----

----Estando este trabalho antecipado a produzir resultados positivos, aproveitou para agradecer a colaboração ativa dos Presidentes das Juntas de Freguesia neste processo. -----



----Quanto à informação requerida, relativa à disponibilização de meios humanos e materiais para as freguesias, o requerimento remetido à Mesa da Assembleia Municipal terá a devida resposta em tempo útil. -----

----Revelou não ter qualquer informação adicional a respeito da assinatura do auto de consignação para a construção do IC35. Aditou que estando agendada uma reunião com a Infraestruturas de Portugal, será uma boa oportunidade para suscitar essa mesma questão. -----

----Relativamente à eletrificação da Linha do Douro no troço entre o Marco de Canaveses e a Régua, declarou que tem existido alguma desinformação sobre este assunto, consubstanciada em manchetes sensacionalistas nos órgãos de comunicação social, que pouca ou nenhuma aderência têm com o conteúdo da notícia publicada. Apontando como exemplo a notícia veiculada pelo Jornal de Notícias, argumentou que a eletrificação da Linha do Douro não foi abandonada – como o título da notícia dá a entender – mas apenas adiada, por dificuldades técnicas que obrigaram a Infraestruturas de Portugal a contratar novo consórcio projetista. -----

----Sobre este tema, realçou o investimento significativo que o Governo de Portugal está a efetuar na ferrovia, permitindo recuperar de um atraso de várias décadas nesta área. Também clarificou que o projeto de eletrificação da Linha do Douro até à Régua não foi apresentado em sede de campanha eleitoral, mas integra o Plano Nacional de Investimentos 2020, com um investimento global de dois mil milhões de euros (2.000.000.000€) na ferrovia, que inclui a recuperação de linhas e modernização de equipamentos automotores. -----

----No caso concreto, e conforme já explanado, a Infraestruturas de Portugal, por dificuldades técnicas evidenciadas pelo consórcio projetista, viu-se obrigada a denunciar o contrato celebrado, não sem antes acautelar a contratualização de um outro consórcio, procedimento que fará com que a execução da obra atrase em cerca de um ano. Assim, facilmente se concluem serem totalmente falsas as notícias que dão conta de um eventual abandono ou cancelamento desta obra, as quais são



desmentidas pelo facto de um novo consórcio projetista estar atualmente a trabalhar no projeto de execução. -----

----Em relação à intervenção do deputado **Luciano Costa**, Presidente da Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa, começou por recordar o lançamento da primeira pedra da capela mortuária, em vésperas de eleições, pelo anterior Executivo, em local que nem estaria regularizado para acolher esta obra. Face a esse constrangimento, reconheceu a proatividade do Presidente da Junta de Freguesia em encontrar alternativas, o que resultou no efetivo lançamento desta tão aguardada obra na sua freguesia. -----

----Relativamente às instalações desportivas do Grupo Desportivo de Carvalhosa, explicou que esta associação se depara com um dos problemas mais comuns das associações desportivas, e que se prende com a falta de fontes de receita própria para fazer face ao nível de investimento de que estas necessitam para a sua manutenção e preservação. Estando a Câmara Municipal sensível para este problema, e à semelhança do que acontece com outras associações, irá certamente continuar a apoiar o Grupo Desportivo de Carvalhosa, sendo certo que a reabilitação da sua sede social contempla um espaço de bar que poderá traduzir-se numa fonte de receita adicional para a instituição, para comparticipação do investimento a efetuar, mediante a realização de alguns eventos recreativos. -----

----Quanto à Escola EB1 de Regoufe, sendo um estabelecimento escolar que tem vindo a ver aumentado o número de alunos, merecerá certamente um olhar particularmente atento e sensível por parte da Câmara Municipal, em especial no que respeita à necessidade de criação de um recreio coberto para as atividades das crianças. -----

----Associou-se ao voto de pesar apresentado pelo deputado **Monteiro da Rocha**, pelo falecimento do ex-Presidente da Câmara Municipal, Avelino Ferreira Torres, figura incontornável do Município. -----



---Passando para a intervenção do deputado **Mário Luís**, manifestou-se particularmente surpreendida com a iniciativa organizada que resultou na greve dos alunos da Escola EB 2/3 de Alpendorada e no encerramento do próprio estabelecimento de ensino, sem conhecimento prévio da Direção da escola, e sem a participação da Associação de Pais ou dos professores nas manifestações. -----

---Porém, sobre a greve em si, declarou que fez questão de elucidar o jornal local sobre a posição da Câmara Municipal, pelo que simplesmente acrescentou que a remoção do amianto dos estabelecimentos escolares e edifícios públicos resulta de uma diretiva da União Europeia que remonta ao ano de dois mil e cinco, sendo que em Portugal a Lei respetiva foi publicada a nove de fevereiro de dois mil e onze (Decreto-lei n.º 2/2011), a qual veio estabelecer os procedimentos e objetivos com vista à remoção de produtos que contêm fibras de amianto ainda presentes em edifícios públicos – trabalho a ser efetuado por uma empresa certificada – além de proibir expressamente a utilização destes na construção ou requalificação de edifícios, instalações e equipamentos públicos. A este propósito, venceu que a competência da retirada do amianto nos estabelecimentos escolares do segundo e terceiro ciclos e ensino secundário é da Administração Central, através do Ministério da Educação. -----

---A iniciativa da greve, nos moldes realizados, mais se estranha quando a Câmara Municipal de Marco de Canaveses condicionou, com sucesso, a aceitação da transferência de competências em matérias de educação à inclusão da Escola Secundária de Alpendorada e da Escola EB 2/3 de Alpendorada no mapeamento dos edifícios e equipamentos escolares que necessitam de intervenção de requalificação e de modernização de grande escala, sendo certo que o amianto está presente na estrutura desde a sua fundação, há cerca de três décadas. -----

---Quanto à questão sobre a Ponte de Entre-os-Rios, esta tem vindo a ser dialogada com a Infraestruturas de Portugal, sendo que a Câmara Municipal, em dois mil e dezoito, se



responsabilizou por múltiplas limpezas das denominadas bocas de água. No entanto, de acordo com os técnicos da Infraestruturas de Portugal, o problema estruturante residirá na quota desnivelada da estrada, que resulta no acúmulo de água. Concluindo-se que o pavimento necessitaria de uma intervenção mais profunda de correção, a Infraestruturas de Portugal já veio manifestar a sua indisponibilidade para assumir esta empreitada, comprometendo-se apenas com a habitual manutenção. -----

----Agradeceu a referência a mais uma edição do Corta-Mato Escolar e ao Dia das Raquetes. -----

----Por fim, em relação à reformulação do estudo da avenida, revelou que a Câmara Municipal irá apresentar uma proposta de alteração da postura de trânsito junto ao *shopping* de Alpendorada, cuja via passará a ter somente o sentido descendente. Explicou que esta alteração foi equacionada após várias visitas técnicas ao local, acompanhadas pelo representante da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, Bruno Costa, concluindo-se que esta seria porventura a alternativa mais viável para a fluidez de trânsito. -----

----O Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Mário Bruno Magalhães**, em complemento, e respondendo à intervenção do deputado **Celso Santana**, Presidente da Junta de Freguesia do Marco, revelou que a conclusão da requalificação da Avenida Dr. Adelino Amaro da Costa está prevista até ao final do corrente ano, sendo que os trabalhos, apesar de alguns naturais constrangimentos, estão a decorrer dentro das expetativas traçadas. -----

----Passando para a intervenção do deputado **Luís Vales**, e não obstante o compromisso de remeter ao deputado a informação solicitada, referente à contabilidade de custos por freguesia, passou a elencar o volume de investimentos em obras por administração direta e empreitadas adjudicadas para o quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte por freguesia, conforme se regista: Alpendorada, Várzea e Torrão, um milhão, quinhentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro euros (1.594.484€); Avessadas e Rosém, cento e vinte mil, setecentos e cinquenta



e seis, ponto noventa e nove (120.756,99€); Banho e Carvalhosa, oitenta e três mil, quatrocentos e treze euros (83.413€); Bem Viver, quinhentos e noventa e sete mil, novecentos e vinte e oito euros (597.928€); Constance, trezentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e três euros (358.893€); Marco, quatro milhões, cento e nove mil euros (4.109.000€) – em que se incluem as obras do PARU; Paredes de Viadores e Manhuncelos, cento e quinze mil, seiscentos e setenta e quatro euros (115.674€); Penha Longa e Paços de Gaiolo, quinhentos e trinta e sete mil euros (537.000€); Sande e S. Lourenço do Douro, trezentos e noventa e sete mil, duzentos e noventa euros (397.290€); Santo Isidoro e Livração, duzentos e setenta e sete mil, novecentos e noventa e sete euros (277.997€); Soalhães, oitocentos e um mil, oitocentos e vinte e três euros (801.823€); Sobretâmega, duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e um euros (247.501€); Tabuado, cento e vinte e sete mil, duzentos e cinco euros (127.205€); Várzea, Aliviada e Folhada, duzentos e cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e quatro euros (251.894€); Vila Boa de Quires e Maureles, quatrocentos e dezasseis mil, cento e cinquenta e dois euros (416.152€); e Vila Boa do Bispo, quatrocentos e setenta e sete mil, e setenta e nove euros (477.079€) – num total de dez milhões, quinhentos e quinze mil euros (10.515.000€). -----

---Por outro lado, no que concerne a contratos interadministrativos nas áreas da educação e ação social, após a adenda introduzida em dois mil e dezoito, verificaram-se as seguintes majorações por freguesia: Alpendorada, Várzea e Torrão, sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e três euros (64.653€); Bem Viver, trinta e três mil, seiscentos e trinta e três euros (33.633€); Avesadas e Rosém, dezasseis mil, cento e vinte e três euros (16.123€); Banho e Carvalhosa, dezoito mil, cento e vinte e três euros (18.123€); Constance, dezoito mil, cento e vinte e três euros (18.123€); Várzea, Aliviada e Folhada, vinte e quatro mil, cento e vinte e três euros (24.123€); Penha Longa e Paços de Gaiolo, quarenta e um mil, cento e quarenta e três euros (41.143€); Paredes de Viadores e Manhuncelos, dezoito mil euros (18.000€); Sande e S. Lourenço do Douro, catorze mil, seiscentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 05
REALIZADA EM 22/11/2019

e treze euros (14.613€); Soalhães, vinte e oito mil, seiscentos e vinte e três euros (28.623€); Santo Isidoro e Livração, dezoito mil, cento e vinte e três euros (18.123€); Sobretâmega, catorze mil, cento e vinte e três euros (14.123€); Vila Boa de Quires e Maureles, vinte mil, cento e vinte e três euros (20.123€); e Vila Boa do Bispo, dez mil, seiscentos e três euros (10.603€) – num total de mais trezentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco euros (359.885€). -----

----Já no que diz respeito aos acordos de execução, verificam-se para o mesmo quadriénio as seguintes majorações percentuais: Alpendorada, Várzea e Torrão, vinte e oito por cento (28%); Bem Viver, trinta e dois por cento (32%); Avessadas e Rosém, quarenta e dois por cento (42%); Banho e Carvalhosa, trinta e quatro por cento (34%); Constance, trinta e quatro por cento (34%); Várzea, Aliviada e Folhada, um decréscimo de onze por cento (11%), por via da redução das equipas e número de alunos; Marco, trinta e três por cento (33%); Penha Longa e Paços de Gaiolo, trinta e seis por cento (36%); Paredes de Viadores e Manhuncelos, quarenta e três por cento (43%); Sande e S. Lourenço do Douro, trinta e nove por cento (39%); Soalhães, cinquenta e cinco por cento (55%); Sobretâmega, cinquenta e um por cento (51%); Tabuado, quarenta e três por cento (43%); Vila Boa de Quires e Maureles, sessenta e seis por cento (66%); Vila Boa do Bispo, trinta e sete (37%); Santo Isidoro e Livração, uma majoração de mais de duzentos por cento (200%), por via do ressarcimento da verba afeta às brigadas. -----

----Relativamente ao projeto da Avenida Dr. Carlos Mota Pinto, que de acordo com as palavras do deputado **Luís Vales**, não foi concretizado pelo anterior Executivo por não existir uma solução para o estacionamento, argumentou que o atual Executivo se congratula por finalmente poder avançar com este projeto, exatamente por ter encontrado uma alternativa de estacionamento, que não coloca em causa as exigências do Quadro Comunitário para um cofinanciamento a oitenta e cinco por cento (85%) e as normas orientadoras da União Europeia – de acordo com as quais se privilegia a mobilidade pedonal no centro das cidades, em detrimento do automóvel, com passeios



mais largos e circulação a velocidade reduzida – consubstanciada na celebração de um contrato-promessa de compra e venda das frações autónomas AB e T (Lotes 45 e 46), na Freguesia do Marco, com a empresa Implantação Imobiliária, S.A., atualmente constituídas como parque de estacionamento. -----

---Explicou que tendo em consideração a redução prevista no número de lugares de estacionamento com a execução da empreitada de reabilitação da Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), com candidatura aprovada ao abrigo do Programa Norte 2020, este parque de estacionamento a adquirir assume importância fulcral em termos de mobilidade, uma vez que permite uma ligação privilegiada ao centro histórico da cidade e a um conjunto de equipamentos fundamentais (Centro de Saúde, Finanças, Câmara Municipal, Jardim Municipal, estabelecimentos comerciais, vias de acesso à Estação do Marco e A4). -----

---A estratégia definida pelo Executivo assenta também numa lógica de promoção de um sistema de mobilidade atento aos atuais desafios de sustentabilidade, apostando no aumento da quota de utilização de transportes públicos e deslocação pedonal, em detrimento do uso do automóvel no interior da cidade, à semelhança do que já acontece nas principais cidades europeias, numa lógica de modernização e de evolução urbana. Para alcançar tal desiderato, torna-se imprescindível dar resposta cabal ao nível da disponibilidade de estacionamento, facilitando o acesso do cidadão a serviços públicos e comércio local e paralelamente reduzindo as consequências nefastas para a população e atividade económica da inexistência de estacionamento. -----

---No caso concreto das frações a adquirir, a fração AB possui quatro mil, duzentos e noventa e quatro metros quadrados (4.294 m²), distribuídos por três pisos com acesso autónomo, com um total de cento e treze lugares de estacionamento; a fração T, a que corresponde uma área de novecentos e quarenta e dois metros quadrados (942 m²), acrescenta mais vinte e quatro lugares de



estacionamento, totalizando um acréscimo de cento e trinta e sete lugares de estacionamento, número que compensaria, no limite, a subtração da totalidade dos lugares de estacionamento na Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, resultando ainda numa majoração do número de lugares atualmente existentes. -----

----De acordo com o relatório da Comissão de Avaliação da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, datado de vinte e seis de novembro de dois mil e dezoito, a fração AB (Lote 45) foi avaliada em um milhão, trezentos e setenta e oito mil, duzentos e cinquenta euros (1.378.250€), e a fração T (Lote 46) foi avaliada em duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e sete euros (253.857€), num total de um milhão, seiscentos e trinta e dois mil, cento e dezasseis euros (1.632.116€). No que respeita à avaliação da Autoridade Tributária, em sede de Código de Imposto Municipal sobre Imóveis, as frações AB e T foram avaliadas, respetivamente, em oitocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta euros (866.880€) e em setenta e um mil, oitocentos e cinco euros, e trinta e oito cêntimos (71.805,38€), o que perfaz um total de novecentos e trinta e oito mil, seiscentos e oitenta e cinco euros, e trinta e oito cêntimos (938.685,38€). Tendo em atenção que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses se propõe adquirir estas frações de parque de estacionamento por trezentos mil euros (300.000€), pressupõe-se um negócio por um valor substancialmente inferior ao das avaliações anteriormente descritas. -----

----Acrescentou que auscultada a população e os comerciantes locais, naquilo que são as suas posições e opiniões, por vezes divergentes, é intenção da Câmara Municipal disponibilizar este parque de estacionamento para ir ao encontro das necessidades da população e dos comerciantes, com um modelo de funcionamento, a elaborar, que corresponda a esta expectativa. -----

----Respondendo à questão pertinente suscitada pelo deputado **Luís Vales**, declarou que, naturalmente, seria impossível para o Município proceder à construção de um parque de estacionamento subterrâneo com um investimento de apenas trezentos mil euros (300.000€), pelo



que se considera a aquisição de um parque de estacionamento já construído e sujeito a licença de utilização como uma alternativa mais viável e realista, viabilizando a intervenção a realizar na Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, nos termos previstos e projetados, dando resposta eficaz à expectável redução da capacidade de estacionamento na avenida. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **Fernando Joaquim Teixeira Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles (PPD/PSD), clarificou que a solicitação por si efetuada, em relação ao Largo da Igreja, foi já objeto de um ofício remetido à Câmara Municipal em novembro de dois mil e dezoito, no qual este largo foi referenciado pela sua correta denominação, Largo Padre Adão Gonçalves Carvalho. Mais aditou que de acordo com a resposta da Câmara Municipal, datada de abril de dois mil e dezanove, o assunto teria sido remetido ao Gabinete de Projetos, para elaboração do respetivo projeto. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **Mário Luís Monteiro** (CDS-PP), no uso da palavra, esclareceu que o estabelecimento de ensino não foi encerrado por força da greve dos alunos, uma vez que os professores e funcionários cumpriram escrupulosamente o seu horário. Reiterou que a iniciativa dos alunos, conforme constatado em reunião do Conselho Geral, consubstanciada em generalizada ausência das atividades letivas, apanhou de surpresa toda a comunidade escolar, incluindo a própria Associação de Pais. -----

----Mais clarificou que o reiterado apelo – repetido ao longo dos anos – em prol da retirada das coberturas de amianto remanescentes em alguns dos estabelecimentos escolares do concelho não se traduz numa responsabilização da Câmara Municipal, sem competências diretas nesta matéria, mas numa sensibilização para que sejam tomadas todas as diligências junto do Governo Central pela concretização desta medida. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **Luís Vales** (PPD/PSD), começou por assinalar que, do seu ponto de vista, não faz muito sentido a utilização de tempo da Assembleia para resposta verbal



a um requerimento escrito e remetido à Mesa da Assembleia Municipal, tendo agora a Câmara Municipal o prazo legal de trinta dias para resposta. Neste sentido, clarificou que a Bancada do PSD pretende efetivamente ser esclarecida, por escrito, com informação da contabilidade de custos sobre recursos humanos e maquinaria cedidos pela Câmara Municipal a cada uma das dezasseis freguesias do concelho. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalet Cardoso Vieira**, em resposta ao deputado **Luís Vales**, declarou ter ficado plenamente perceptível na sua primeira intervenção qual a informação solicitada, de acordo com o requerimento remetido à Mesa da Assembleia Municipal, pelo que a resposta será enviada em tempo útil. -----

----Não havendo mais intervenções por parte do plenário, o Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

----**PONTO DOIS – Período de Intervenção do Público, nos termos dos n.º 1 e 6 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e n.º 3 do art.º 18.º e dos art.º 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal.** -----

----O Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, solicitou inscrições por parte do público, não se tendo registado qualquer intenção nesse sentido. -----

----**PONTO TRÊS – Período da Ordem do Dia.** -----

----**PONTO TRÊS, PONTO UM – Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município.**-----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalet Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, realçando alguns dos aspetos mais relevantes da informação escrita distribuída por todos os membros da Assembleia. -----

----Começou por dar nota de que no período entre um de outubro e trinta de novembro de dois mil e dezanove, foram efetuados cinquenta e sete atendimentos, em matéria de atribuição de Fundo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 05
REALIZADA EM 22/11/2019

Emergência Social, sendo que cinco agregados familiares foram contemplados com este apoio municipal, por cumprirem os critérios e requisitos necessários, com um valor despendido que ascendeu a três mil, setecentos e cinquenta euros (3.750€). -----

---Em seguida, fez referência ao Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação “Marco Mais Igual”, que consiste na promoção da igualdade de género e não discriminação numa sociedade de homens e mulheres, sublinhando a realização das Primeiras Jornadas Municipais da Igualdade, no dia vinte e cinco de outubro, com a colaboração da Conselheira Municipal, Prof.^a Amélia Ferreira, e da Universidade Sénior, e a participação de um ilustre painel de convidados, que discursaram para uma plateia variada, composta por cerca de cento e cinquenta pessoas. -----

---Revelou que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses está atualmente a levar a cabo a concretização da Estratégia Municipal de Saúde, a qual foi concertada em sede de Conselho Local de Ação Social e cujos objetivos serão alinhados com o Plano Nacional de Saúde, tendo sido criados vários grupos de trabalho, entre os quais o Grupo da Saúde e Envelhecimento, constituído por técnicos afetos às várias instituições ligadas a esta área. Referiu que dois dos principais desafios contemplados no Plano Nacional de Saúde passam pela prevenção do alcoolismo e da tuberculose. -----

---Na área da educação, prestou informação acerca da implementação do projeto “#sucessoescolar”, em concertação com os quatro agrupamentos escolares, com uma equipa multidisciplinar – composta por assistentes sociais, psicólogos e terapeutas da fala – que irá promover rastreios de psicologia e de terapia da fala a cerca de cento e cinquenta crianças até aos quatro anos, até final de janeiro de dois mil e vinte, sendo o principal objetivo deste rastreio identificar e tratar precocemente áreas problemáticas específicas. Paralelamente, e mediante este programa, a Câmara Municipal também irá continuar a acompanhar as crianças identificadas no ano letivo anterior, num total de cento e seis casos reportados. -----



----No âmbito do programa “#sucessoescolar”, foi também implementada com sucesso a prática da canoagem, com a colaboração do Ginásio Clube de Alpendorada. Esta atividade, em vigor desde o dia nove de outubro, é dinamizada semanalmente, em sessões com a duração de cento e oitenta minutos, no Parque de Lazer de Alpendorada (para os alunos dos Agrupamentos de Escolas de Alpendorada e Sande) e no Parque Fluvial do Tâmega (para os alunos que frequentam o Agrupamento de Escolas do Marco, o Agrupamento de Escolas n.º 1 do Marco, a EB 2/3 e a Escola Secundária do Marco) e envolve oito alunos do oitavo ano em situação de risco de insucesso ou abandono escolar. Entre os dias vinte e seis e vinte e oito de setembro, foi promovida pelo Centro de Formação Marco - Cinfães uma ação formativa aos professores, designada “O ensino da canoagem de velocidade na escola – nível intermédio”, dirigida a quinze docentes de educação física. -----

----Deu também destaque à abertura das Oficinas de Cinema de Animação, com a colaboração da Casa Museu de Vilar, com iniciativas a decorrer durante o mês de novembro e até ao final do corrente ano letivo. -----

----Ainda no contexto do programa “#sucessoescolar”, realçou a iniciativa “Experimenta Ciências”, que engloba um curso de capacitação de trinta professores para a utilização dos *kits* de ciências adquiridos para os alunos do 1.º ciclo. Foi também dado início à programação em robótica, com salas equipadas para o efeito, das quais os alunos do terceiro e quarto anos poderão usufruir a partir de janeiro de dois mil e vinte, sendo que, entretanto, os professores estão a receber formação em *skill robotics*, para melhor poder ministrar esta aula aos alunos. -----

----Salientou ainda a implementação das Salas do Futuro, nas Escolas Secundárias do Marco e de Alpendorada, tendo sido aprovado o respetivo regulamento de utilização em cada estabelecimento escolar e realizados os testes necessários ao seu funcionamento. Também nesta área os professores estão a receber formação, com um programa de cinquenta horas. -----



---De vinte e quatro a vinte e oito de novembro, serão dinamizadas ações de sensibilização subordinadas ao tema “Primeiros Socorros e Parentalidade”, dirigidas aos pais e encarregados de educação dos jardins de infância e escolas básicas do concelho, no âmbito da iniciativa “Conversas de Pais”. De modo a alargar a participação dos pais e encarregados de educação, a Câmara Municipal tomou a decisão de levar estas “Conversas de Pais” para a Rádio Marcoense, com dois programas já emitidos, subordinados aos temas “O meu filho foi para a escola – e agora?” e “A violência no namoro”. -----

---Também integrado no projeto “#sucessoescolar”, destacou a linha de apoio ao associativismo estudantil, para capacitação de alunos para o associativismo, de incontornável importância para a sua formação pessoal e cívica. -----

---Ainda na área da educação, informou que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses apresentou uma candidatura ao Programa Erasmus – Mais Juventude em Ação. A ação designa-se por Cooperação e Inovação na Educação, e caso a candidatura venha a ser aprovada, esta terá lugar entre os dias quatro e dez de maio de dois mil e vinte, estimando-se um total de trinta participantes, vinte e cinco dos quais com idades compreendidas entre os quinze e os dezoito anos.

---Deu nota de que atualmente a Câmara Municipal conta com a colaboração de trinta e um funcionários através dos contratos de emprego-inserção, recrutados para prestar apoio às atividades letivas nos estabelecimentos pré-escolares e do 1.º ciclo do ensino básico. -----

---Seguidamente, passou a fornecer informações acerca da estratégia Marco Invest, começando por anunciar que foi iniciado o procedimento relativo à elaboração do regulamento municipal de admissão e utilização do Espaço Marco Invest, cujo projeto foi já apreciado em Reunião de Câmara, seguindo agora a sua tramitação normal. Destacou o facto de se encontrar em fase de execução o projeto para a reabilitação do espaço físico a nível arquitetónico e de imagem, para a criação de um logotipo e reabilitação das áreas envolventes. Este espaço, integrado no Marco



Fórum XXI, terá uma área para *coworking* e para incubadora de empresas, indo ao encontro do compromisso assumido pelo Partido Socialista em campanha eleitoral. -----

----Por outro lado, a estratégia Marco Invest tem também uma faceta de roteiro empresarial, com um conjunto de visitas às empresas, por forma a auscultar aquelas que são as maiores preocupações dos empresários locais e perceber de que forma a Câmara Municipal poderá ser uma parceira ainda mais próxima das empresas. As empresas identificadas para este roteiro empresarial foram caracterizadas pelo IAPMEI como PME's Líder, com um volume de negócios superior a um milhão de euros (1.000.000€), e com o selo de reputação de PME's Excelência, além das empresas com maior volume de negócios ou afetas às áreas mais representativas do concelho – setor têxtil, construção civil, indústria extrativa de pedra, setor agrícola, metalomecânica, alojamento turístico e restauração – e portanto responsáveis por uma grande fatia da empregabilidade no território. ----

----Informou que a Câmara Municipal colaborou com o Motor Clube do Marco na organização do 8.º Enduro “Marco – Rios de Emoção”. -----

----Na área da Proteção Civil, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses apresentou uma proposta de candidatura à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, a um programa do Norte 2020 para a construção de um ponto de água destinado ao abastecimento de meios terrestres e aéreos no combate a incêndios florestais na Serra da Aboboreira, mais concretamente no Lugar de Serradelas. Lembrou que no passado a Câmara Municipal já tinha efetuado candidatura similar, sendo que na altura o Governo privilegiou as zonas integradas na Rede Natura. -----

----Revelou que o Município efetuou um investimento de cerca de quarenta e cinco mil euros (45.000€) em caminhos para melhorar a acessibilidade dos bombeiros no combate a incêndios florestais, além de servirem como obstáculo à propagação dos mesmos. -----

----Decorreu também uma reunião para apreciação e aprovação do Plano de Defesa da Floresta, tendo o Comandante dos Bombeiros tido oportunidade de salientar a importância da requalificação



e desobstrução de caminhos florestais, de modo a que os meios de combate a incêndios possam ter um acesso mais facilitado e célere ao teatro de operações. -----

----Relativamente à informação jurídica, realçou que desde a data da realização da última reunião da Assembleia Municipal, foram contabilizadas novecentas e setenta e cinco informações ou pareceres jurídicos, trezentas e vinte e quatro contraordenações, duzentos e onze processos de obras, quinhentos e trinta e três informações de fiscalização, e mais trinta processos de contraordenação instaurados – volume processual que justifica sobremaneira a opção de reforço do Gabinete Jurídico. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **Manuel Fernando da Costa Vieira** (PS), no uso da palavra, começou a sua intervenção expressando um sentimento de orgulho e de felicidade indescritíveis pela apresentação do projeto de reconversão da zona envolvente ao Cais de Bitetos, uma das entradas mais importantes do concelho. Sublinhou que durante quatro anos lutou na Assembleia de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão pela priorização da reabilitação deste espaço paradisíaco, tendo oportunidade de expressar recorrentemente a sua discordância com o encerramento do Posto de Turismo nos períodos de maior procura, ou a sua desarticulação com o horário de atracagem de embarcações, com a insuficiente interligação entre o turismo e o Museu da Pedra ou com um programa de atividades que dessem a conhecer as margens do rio aos turistas.

----Face ao exposto, felicitou a Presidente da Câmara e o seu Executivo, bem como o arquiteto responsável pelo projeto, o Alpendoradense Bruno Costa, pela projeção, inovação e arrojo que poderão tornar este o investimento do século no Concelho de Marco de Canaveses. -----

----Ainda neste contexto, realçou a transparência com que o Executivo lançou este projeto, dando-o a conhecer publicamente aos Marcoenses, que foram também chamados a discutir e a opinar sobre o mesmo, visando a boa gestão de algo que pertence ao domínio público. -----

----Sendo de extrema importância a rigorosa e eficiente gestão dos dinheiros públicos, propôs-se



corrigir uma informação veiculada na pretérita sessão da Assembleia Municipal, relativa aos gastos com a eletricidade no Bar de Bitetos, sendo, porém, interrompido pelo Presidente da Mesa da Assembleia, pelo facto de este tema não estar diretamente ligado ao ponto em discussão, referente à apreciação da informação escrita distribuída pelos membros da Assembleia Municipal.

----O Membro da Assembleia Municipal, **Ana Maria Madureira Ferreira** (PS), manifestou o seu agrado, certamente partilhado pela grande maioria dos Marcoenses, com a futura abertura de um balcão de atendimento do Instituto de Emprego e Formação Profissional no Marco de Canaveses, medida que concorre e vai ao encontro da política de proximidade implementada pelo Executivo Camarário. Com a abertura deste balcão, os Marcoenses deixarão de ter de se deslocar para fora do concelho para tratar dos assuntos relacionados com emprego e formação profissional, tendo o mesmo uma excelente localização, próximo de outros serviços essenciais e de transportes públicos.

----Na conclusão da sua intervenção, vincou tratar-se sem dúvida de uma importante conquista para o Concelho de Marco de Canaveses. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **Ricardo Soares**, Presidente da Junta de Freguesia de Bem Viver (PS), abordou o histórico da reivindicação em prol da requalificação da Rua Eng.º Manuel Carneiro Geraldês, que ao longo dos anos foi sendo alvo de intervenções pontuais de cariz superficial, que manifestamente não deram uma resposta cabal aos problemas identificados, os quais sistematicamente colocavam em causa bens materiais e a segurança dos utentes, adultos e crianças, que diariamente utilizam esta via. -----

----Assim, é com enorme regozijo que se assiste ao desenvolvimento dos trabalhos nesta artéria, dando cumprimento ao compromisso assumido com a população e inscrito em Orçamento Municipal. Agradecendo ao Executivo por este investimento, manifestou total confiança de que o profissionalismo dos técnicos permitirá ultrapassar convenientemente todos os constrangimentos naturalmente causados pelo desenvolvimento dos trabalhos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 05
REALIZADA EM 22/11/2019

---Concluindo a sua intervenção, declarou que o investimento na reabilitação da Rua Eng.º Manuel Carneiro Geraldês será uma das muitas obras em que os Marcoenses, e em especial os da Freguesia de Bem Viver, sentirão a validação do voto de confiança que depositaram no Executivo Camarário e da Junta de Freguesia, cuja preocupação comum é trabalhar em prol do desenvolvimento da comunidade. -----

---O Membro da Assembleia Municipal, **Luís Vales** (PPD/PSD), no uso da palavra, começou por referir que embora o Partido Social Democrata considere deveras importante a existência de um Gabinete de Apoio ao Emigrante, seria de todo escusada a inclusão na informação de quatro páginas relativas ao manual de utilização do *site* deste gabinete. -----

---Relativamente ao projeto Marco Invest, indagou se a Câmara Municipal já tomou a iniciativa de registar formalmente a marca “Marco Invest”, sob pena de outra entidade poder fazê-lo e o Município ficar privado da utilização desta designação que tanto tem vindo a ser apregoada. -----

---Tendo compreendido que a estratégia do Marco Invest até ao momento se resume a um espaço de *coworking* que poderá albergar algumas *startup*'s, questionou se o Município não deveria ser mais ambicioso e estruturar um verdadeiro plano concertado, envolvendo todos os atores e forças vivas do concelho, que permitisse alavancar a criação de mais postos de trabalho, promovendo a fixação de jovens no Marco de Canaveses. -----

---Não deixando de saudar os roteiros empresariais criados, venceu que se as empresas não tiverem real capacidade para aumentar a sua produção, ficarão deveras limitadas na sua evolução e crescimento, com sério prejuízo para o desenvolvimento do concelho, ao nível da criação de postos de trabalho. A este respeito, argumentou que aumentar a capacidade das zonas industriais presentes no território seria vital a médio e longo prazo para conferir às empresas já instaladas condições favoráveis ao seu crescimento e eventual ampliação. -----

---Face ao exposto, afirmou que na perspetiva do PSD, o Marco Invest deveria consubstanciar



uma verdadeira alavanca para o desenvolvimento económico do Concelho de Marco de Canaveses, e não apenas resumir-se a uma marca ou a um espaço com o mesmo nome. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **António Adão da Silveira Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães (PS), agradeceu publicamente as obras que têm vindo a ser realizadas na sua freguesia – nomeadamente ao nível das pavimentações em cubos e betuminoso e construção de muros de suporte – não deixando de apelar a uma certa contenção no discurso, quando se faz referência – por vezes pouco acurada – a obras em curso ou a realizar nas diferentes freguesias. -----

----Congratulou-se de igual modo com a atenção que o atual Executivo Camarário está a dar à beneficiação dos caminhos florestais, de extrema importância na prevenção e combate a incêndios, sendo esta uma intervenção há muito reclamada pelas Juntas de Freguesia. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **Mário Luís Monteiro** (CDS-PP), no uso da palavra, e como ponto prévio, argumentou que o presente ponto da ordem de trabalhos não se deveria limitar à apreciação e interpretação de uma informação escrita, como se de um mero texto se tratasse, mas deveria alargar-se a discussão a outras temáticas orientadas para a identificação de lacunas ou de ausência de temas na própria informação escrita, devendo acima de tudo imperar o bom senso no debate, de modo a ser evitada a abordagem de temas totalmente descontextualizados. -----

----Fazendo também referência ao projeto apresentado para o Cais de Bitetos e zona envolvente, começou por frisar a natural ligação que todos os Alpendoradenses e residentes no Baixo Concelho têm com o rio e com Bitetos, sendo esta uma área fundamental para a afirmação do Concelho de Marco de Canaveses e para a consolidação da marca Douro, mundialmente famosa. --

----Manifestando o seu pleno agrado com o projeto apresentado, defendeu a possibilidade de ir mais longe, com mais ambição e inovação, naquilo que é o aproveitamento das excecionais potencialidades naturais do Marco de Canaveses. -----



---Com ligação a este tema, louvou a opção da Câmara Municipal ao introduzir a prática de canoagem nas atividades propostas no âmbito do Plano de Combate ao Insucesso Escolar, em articulação com a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, sendo esta também uma forma de aproveitamento das excelentes condições para a prática desta modalidade, que a muitos níveis se destacam no panorama europeu e mundial. -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta às diversas intervenções dos membros da Assembleia, começou por agradecer as palavras elogiosas dos deputados **Fernando Costa Vieira** e **Mário Luís Monteiro** acerca do arrojado projeto de beneficiação da área envolvente ao Cais de Bitetos, salientando as melhorias propostas ao nível das acessibilidades e das condições para promoção de produtos regionais, através da construção do novo Posto de Turismo no local, com o objetivo último de valorizar um dos principais pontos de entrada do concelho e consolidar a importância da ligação ao Rio Douro. -----

---Sobre a referência ao Arq.º Bruno Costa, declarou que a Câmara Municipal tem vindo a seguir uma política de possibilitar a projeção do trabalho dos seus quadros técnicos, naquilo que possam ser contributos efetivos para o desenvolvimento do concelho. -----

---Em relação à intervenção da deputada **Ana Ferreira**, reiterou que, de facto, a instalação do balcão de atendimento do Instituto de Emprego e Formação Profissional no Marco de Canaveses traduzir-se-á numa excelente resposta de proximidade aos munícipes, não só do Concelho do Marco, mas também do concelho vizinho de Baião. Acrescentou que este projeto vem na senda da política de proximidade desenvolvida pelo Executivo, que também já se materializou na criação de mais três Espaços do Cidadão, nas Freguesias de Constance, Penha Longa e Paços de Gaiolo e Vila Boa do Bispo, que assim se juntam aos cinco anteriormente existentes. -----

---Assinalou que por via desta medida, serão cerca de três mil e setecentos os utentes Marcoenses inscritos no IIEFP que deixarão de ter de se deslocar a Amarante para tratar dos assuntos



relacionados com emprego e formação, além dos benefícios de proximidade para as cerca de quatro mil, cento e vinte e cinco empresas e vinte e duas instituições particulares de solidariedade social sedeadas no Marco de Canaveses. -----

---Destacou ainda que a instalação deste balcão se anuncia como um instrumento de extrema importância no combate às desigualdades sociais, no que respeita à igualdade no acesso aos serviços públicos no concelho. -----

---Passando para a intervenção do deputado **Luís Vales**, em relação à extensão da informação apresentada, começou por assinalar que o Gabinete de Apoio ao Emigrante de Marco de Canaveses recebeu uma menção honrosa do Secretário de Estado das Comunidades, pelo trabalho meritório e empenhado que tem vindo a desenvolver, tendo triplicado, em cerca de cinco meses desde a implementação do gabinete de segunda geração, o número de atendimentos realizados. ---

---Em relação ao Marco Invest, e informando já ter sido efetuado o pedido para registo da respetiva marca, clarificou que este projeto pretende ser, efetivamente, tudo aquilo que o deputado referenciou, um verdadeiro plano concertado com as forças vivas do concelho, visando o seu desenvolvimento económico. Explicou, no entanto, que a Câmara Municipal não tem, naturalmente, uma influência direta e objetiva no aumento da produção ou no crescimento de uma empresa, limitando-se a estabelecer as condições propícias para que as empresas tenham capacidade, de forma autónoma, para evoluir dessa forma. -----

---Respondendo diretamente às críticas apontadas pelo deputado **Luís Vales**, declarou que sendo verdade que há sempre espaço para melhorar o projeto Marco Invest, também é verdade que durante os doze anos em que a Câmara Municipal foi liderada pelo Partido Social Democrata, este projeto não teve qualquer expressão prática. -----

---Sobre a alegada falta de investimento no tecido económico, frisou que o projeto Marco Invest possui uma componente consolidada de investimento em infraestruturas, passando a elencar



algumas das intervenções mais importantes realizadas ou perspectivadas nesta área, como a pavimentação da Rua Maria Gil, na ordem dos cento e vinte e cinco mil euros (125.000€), via estruturante para melhorar a acessibilidade à zona empresarial do Marco; o projeto para requalificação da zona empresarial do Marco, estimado em cerca de um milhão de euros (1.000.000€), candidatável a fundos comunitários; intervenções diversas em infraestruturas viárias, pavimentação de passeios, criação de áreas de estacionamento, fornecimento e colocação de lancis, equipamentos de sinalização e de segurança, infraestruturas hidráulicas, rede de drenagem de águas pluviais, infraestruturas de rede de distribuição de energia elétrica, rede de iluminação pública, instalação de infraestruturas de água, saneamento e redes de telecomunicações na área empresarial de Constance, estando também em execução a pavimentação da Rua da Cabrita. Em Alpendorada, Várzea e Torrão, foi pavimentada com tapete betuminoso a Rua de Agramonte, um dos principais acessos à zona empresarial de Moirinte, assim como a Rua de Lameirão, de acesso à zona empresarial de Sande e S. Lourenço do Douro, e a Rua do Engenho, para a zona empresarial de Vila Boa de Quires. -----

----Encontra-se também em fase final o processo de elaboração do regulamento do Marco Invest, que permitirá criar condições para a fixação de jovens no território, sendo que o espaço Marco Invest, de *coworking* para *startup*'s, permitirá dar uma resposta efetiva às múltiplas solicitações de jovens que pretendem criar as suas empresas no Marco de Canaveses. -----

----Face ao exposto, manifestou pleno orgulho pelo facto de o Executivo Camarário estar a cumprir integralmente os objetivos que inscreveu no seu programa eleitoral para esta área, com a implementação do projeto Marco Invest, nos moldes traçados, e que incluem a instalação de um Gabinete de Apoio ao Empreendedor, com uma equipa técnica a trabalhar de perto com as empresas e a ajudar os empresários naquilo que possam ser as suas preocupações e dificuldades. --

----Em relação à intervenção do deputado **António Monteiro**, acerca do investimento na área da



proteção civil, aproveitou para deixar um agradecimento público ao trabalho empenhado das três Unidades Locais de Proteção Civil – de Soalhães, de Penha Longa e Paços de Gaiolo e do Marco – realçando que embora estas unidades sejam coordenadas pelos respetivos Presidentes das Juntas de Freguesia, são constituídas por grupos de voluntários que cooperam com as forças de segurança naquilo que é o combate e rescaldo de incêndios florestais. Transmitiu de igual modo o louvor da Comissão de Defesa da Floresta ao trabalho desenvolvido pelos voluntários destas Unidades Locais de Proteção Civil, que colaboraram com os Bombeiros Voluntários e outras entidades na proteção de pessoas e bens, ao serviço dos Marcoenses. -----

----Respondendo ao deputado **Mário Luís Monteiro**, declarou que, de facto, a Câmara Municipal viu na implementação da prática de canoagem, no âmbito do programa “#sucessoescolar” uma oportunidade de aproveitamento das excecionais potencialidades oferecidas pelos Rios Douro e Tâmega para a formação de jovens no capítulo dos desportos náuticos, sendo que até ao momento esta atividade tem tido um *feedback* manifestamente positivo por parte dos professores e dos alunos. -----

----O Vice-Presidente da Câmara, **Mário Bruno Magalhães**, em complemento, congratulou-se com a referência à execução da obra na Rua Eng.º Carneiro Geraldês, com um custo estimado em cerca de duzentos e catorze mil euros (214.000€) e com um prazo de execução de seis meses. Aditou que esta obra, que também contempla as necessárias infraestruturas de água, saneamento, águas pluviais, águas residuais e infraestruturas elétricas, permitirá dar uma resposta eficiente e definitiva aos vários problemas que foram sendo identificados nesta artéria, recorrentemente intervencionada. -----

----Aproveitou este momento para apelar à compreensão da comunidade, e em especial dos residentes nesta rua e adjacentes, para os constrangimentos naturalmente criados no decurso da intervenção, sendo certo que o resultado final compensará em muito qualquer inconveniente



momentaneamente causado. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO DOIS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento – ano financeiro 2020.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, começando por afirmar que os documentos previsionais do Município de Marco de Canaveses para o ano económico de dois mil e vinte foram elaborados tendo por base a continuidade do planeamento estratégico delineado para o atual mandato, que findará em dois mil e vinte e um, e tendo em conta um conjunto de princípios e regras orçamentais, previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFAL), na Lei do Enquadramento Orçamental e na Norma de Controlo Interno do Município. -----

----O valor global do Orçamento Municipal previsto para o ano económico de dois mil e vinte ascende a vinte e oito milhões, quatrocentos e dezassete mil, novecentos e quarenta e seis euros (28.417.946€), com uma variação positiva de três por cento (3%) comparativamente ao Orçamento apresentado para o ano de dois mil e dezanove, representando um incremento de oitocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e um euros (834.661€). -----

----A receita corrente é estimada em cerca de vinte e três milhões e meio de euros (23.500.000€), para uma despesa corrente na ordem dos dezoito milhões de euros (18.000.000€) – prevendo-se assim um excedente corrente de cinco milhões e quinhentos mil euros (5.500.000€), justificado essencialmente pelo diferimento de parte da despesa corrente, consignada a uma parte do saldo de gerência de execução orçamental de dois mil e dezanove, que se estima em cerca de treze milhões e meio de euros (13.500.000€). Este procedimento permite não só o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, conforme exigido no art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de três de setembro, como permite carregar o Orçamento com a dotação necessária para iniciar a realização dos investimentos



cujos procedimentos concursais tiveram início na parte final de dois mil e dezanove ou terão início em janeiro de dois mil e vinte, e que são suscetíveis de beneficiarem de comparticipação de fundos comunitários. -----

---Já a receita de capital atingirá um valor de quatro milhões e novecentos mil euros (4.900.000€), que cobrirá parcialmente a despesa de capital, prevista em cerca de dez milhões e quatrocentos mil euros (10.400.000€). -----

---Assim, a receita global para o ano económico de dois mil e vinte ascenderá a vinte e oito milhões e quatrocentos mil euros (28.400.000€), sendo que as receitas próprias de variação irregular são calculadas através da média aritmética simples das cobranças efetuadas nos vinte e quatro meses que antecedem a elaboração do Orçamento, de acordo com a regulação estabelecida no POCAL. -----

---A receita corrente, com um valor global de vinte e três milhões e quinhentos mil euros (23.500.000€), tem uma variação positiva de três vírgula quatro por cento (3,4%) face ao ano anterior – traduzido num incremento de setecentos e oitenta e cinco mil euros (785.000€) – pelo efeito acumulado do aumento previsto dos impostos diretos – mais quinze vírgula dois por cento (15,2%) – dos impostos indiretos – mais vinte vírgula um por cento (20,1%) – e dos rendimentos de propriedade – mais nove vírgula um por cento (9,1%). Assim, a variação positiva na receita corrente fica a dever-se sobretudo ao aumento da receita fiscal, devido ao aumento previsto no Imposto Municipal sobre Imóveis – mais quatrocentos e vinte e três mil euros (423.000€) – no IMT – mais duzentos e noventa e três mil euros (293.000€) – no IUC – mais cinquenta e dois mil euros (52.000€) – e na Derrama – mais quarenta e seis mil euros (46.000€). -----

---Para o aumento da receita corrente também concorre o agregado de rendimentos de propriedade, cuja previsão de receita arrecadada é superior a um milhão e meio de euros (1.500.000€) – mais nove vírgula um por cento (9,1%) do valor arrecadado em dois mil e



dezanove, o qual se baseia maioritariamente na estimativa dos cálculos das rendas arrecadadas durante o ano de dois mil e dezanove com o contrato de concessão e distribuição de energia elétrica com a EDP. -----

---O valor previsto nas transferências correntes, com variação quase nula, resulta do facto de as estimativas da receita serem baseadas nos valores definidos no Orçamento de Estado para dois mil e dezanove, nomeadamente ao nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), do Fundo Social Municipal e da participação fixa no IRS. Estas verbas representam noventa e um vírgula sete por cento (91,7%) do total deste agregado, que ascende a catorze milhões e quatrocentos mil euros (14.400.000€). Nesta rubrica, destaque ainda para as receitas provenientes dos protocolos com o Ministério da Educação, no âmbito do ensino pré-escolar, generalização do fornecimento de refeições escolares e das atividades de enriquecimento curricular, no valor de um milhão e cem mil euros (1.100.000€), representando oito vírgula um por cento (8,1%) do total das transferências correntes. -----

---No que diz respeito à receita de capital, que ascende a quatro milhões e novecentos mil euros (4.900.000€), verifica-se uma ligeira variação, de um vírgula um por cento (1,1%) face a dois mil e dezanove, com especial relevo para os montantes provenientes do Orçamento de Estado e dos fundos comunitários, única componente materialmente relevante em termos de receita de capital. -

---Pela sua importância estratégica e financiamento envolvido, destacam-se as operações previstas no Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, em termos daquilo que são os cofinanciamentos comunitários previstos. -----

---Relativamente à despesa corrente, que se cifra nos dezassete milhões e novecentos mil euros (17.900.000€), esta mantém uma estrutura idêntica à que se verificou no ano transato, salientando-se as despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços como uma fatia fundamental da



despesa prevista. -----

----No que concerne às despesas com pessoal, estas totalizam oito milhões e duzentos e setenta mil euros (8.270.000€), representando vinte e nove vírgula um por cento (29,1%) do total da despesa municipal, verificando-se um aumento previsional na ordem dos quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000€) – mais cinco vírgula oito por cento (5,8%), comparativamente com o ano anterior. Este aumento é justificado, em parte, pela ocorrência das valorizações remuneratórias que vieram a ser permitidas a partir do ano de dois mil e dezoito, com a pagamento dos acréscimos remuneratórios faseados em dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, com um impacto maior no Orçamento para dois mil e vinte, além do recrutamento de trabalhadores para os postos previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal, encontrando-se em curso os respetivos procedimentos concursais. -----

----O agregado económico de aquisição de bens e serviços evidencia um aumento de dotação orçamental de onze vírgula oito por cento (11,8%), que resulta parcialmente dos compromissos assumidos pelo Município, com a execução de projetos participados por fundos comunitários, na aquisição de estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria, dada a impossibilidade de satisfação destas necessidades com recurso exclusivo aos serviços próprios da Câmara Municipal.

----Por via da criação da nova Divisão de Contratação e Aprovisionamento, por iniciativa do atual Executivo, verificaram-se notórias melhorias procedimentais e uma maior otimização e rentabilização dos recursos. -----

----A previsão de juros e encargos para o ano de dois mil e vinte é de valor semelhante ao do período homólogo de dois mil e dezanove, cifrando-se no montante de duzentos e oitenta mil euros (280.000€), representando um por cento (1%) da despesa total. -----

----As transferências correntes registam uma estabilização em termos de dotação orçamental, com uma ligeira diminuição, de zero vírgula três por cento (0,3%), representando em termos absolutos



um valor de cerca de dois milhões e setecentos mil euros (2.700.000€), que se justifica pela inscrição da globalidade de dotação previsível e necessária para o ano de dois mil e vinte, no âmbito da execução dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, na área da educação, e também dos contratos de execução nos domínios de intervenção definidos na Lei. -----

---As transferências para instituições particulares sem fins lucrativos ascendem a cerca de um milhão e cem mil euros (1.100.000€), dotação reveladora de uma clara aposta da autarquia, nos últimos dois anos, no reforço do apoio à atividade corrente das coletividades do concelho, nomeadamente ao nível do desporto e da cultura, no apoio às IPSS's locais e às suas respostas sociais, e no apoio ao voluntariado. O apoio financeiro para fomento da prática desportiva também tem vindo a ser majorado anualmente, traduzindo-se num esforço para promover a formação desportiva dos jovens Marcoenses. Por outro lado, têm sido estabelecidas parcerias importantes para a realização de eventos desportivos de impacto regional, nacional e internacional, como a realização de uma etapa do Mundial de Enduro, do Europeu de Rally Raid, do Rally "Terras d'Aboboreira", do Marco City Race Orientação e da Copa Ibérica de Jet-Ski. -----

---Relativamente à despesa de capital, estão previstos investimentos na ordem dos dez milhões e quatrocentos mil euros (10.400.000€). O agregado de transferências de capital, dotado com setecentos e sessenta e oito mil euros (768.000€), teve um aumento de dotação de dezassete e meio por cento (17,5%), o que inclui as transferências de capital para as Juntas de Freguesia, Associações de Municípios e instituições sem fins lucrativos, no âmbito daquilo que são as despesas de investimento – beneficiação de instalações próprias, aquisição de bens de capital, entre outras. Neste capítulo, salienta-se o esforço financeiro ao nível das transferências de capital para instituições sem fins lucrativos, com cerca de quatrocentos e noventa e um mil euros (491.000€) – um incremento na ordem dos vinte por cento (20%) – sinal demonstrativo da vontade do Executivo



Municipal de continuar a ser parceiro ativo das instituições do concelho e a apoiar os seus investimentos em prol da comunidade Marcoense. -----

----Em dois mil e vinte, a aquisição de bens de capital ascenderá a oito milhões e meio de euros (8.500.000€), dotação que será reforçada com a inclusão de parte do saldo de gerência da execução orçamental do exercício de dois mil e dezanove. -----

----Em termos daquilo que são os condicionalismos à capacidade de investimento do Município, referiu a necessidade de assegurar os compromissos com os encargos plurianuais do serviço da dívida até dois mil e trinta e oito, no valor anual de um milhão, cento e setenta e seis mil euros (1.176.000€), a que crescem os juros decorrentes da operação de substituição da dívida efetivada em dois mil e dezassete. Porém, a maior condicionante à capacidade de investimento do Município continua a ser o litígio herdado, com a empresa concessionária Águas do Marco, e que obriga o Município a provisionar indemnizações que ultrapassam os vinte e dois milhões e duzentos mil euros (22.200.000€), na sequência da modificação unilateral do contrato de concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento por parte do Município de Marco de Canaveses, além de obstar o acesso a fundos comunitários para os investimentos necessários em redes de abastecimento de água e saneamento ao longo do concelho. -----

----Consequentemente, a fim de concretizar novos investimentos, e não obstante a existência de alguma capacidade de autofinanciamento, torna-se fundamental a aposta em candidaturas a fundos comunitários, de forma a permitir a alavancagem necessária para a execução de projetos estratégicos para o concelho, determinados no âmbito da definição dos investimentos territoriais integrados através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Deste modo, vários dos investimentos previstos para dois mil e vinte, e considerados como prioritários e estruturantes para o Concelho de Marco de Canaveses, terão as suas respetivas dotações reforçadas com a inclusão do saldo de gerência de dois mil e dezanove. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 05
REALIZADA EM 22/11/2019

----Na área do ordenamento do território, estão já dotados investimentos no Plano de Ação d Regeneração Urbana (PARU) que ultrapassam os quatro milhões de euros (4.000.000€), destacando-se neste capítulo a reabilitação do Jardim Adriano José de Carvalho e Melo, a reabilitação da Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, a reabilitação de arruamentos na zona envolvente ao edifício dos Paços do Concelho, a conclusão da reabilitação da Avenida Eng.º Adelino Amaro da Costa e da Avenida Gago Coutinho, a reabilitação da Rua da Santa Casa da Misericórdia, a conclusão da execução financeira da construção do novo Centro Cultural do Marco e a construção do novo Museu Municipal Cármen Miranda – obras com grande parte da sua execução prevista para o ano de dois mil e vinte. -----

----Na área da educação, estão desde já contemplados cerca de um milhão e duzentos mil euros (1.200.000€) de investimento, com especial destaque para a ampliação e requalificação da Escola EB 2/3 do Marco de Canaveses, a ampliação e requalificação da Escola EB1 da Esperança (Várzea, Aliviada e Folhada), a conclusão da execução financeira da requalificação da EB1 da Barroca, a requalificação da EB1 de Sobretâmega, e diversas outras intervenções em edifícios escolares. -----

----Nas vias de comunicação, as empreitadas definidas e dotadas em plano ultrapassam o valor de um milhão de euros (1.000.000€), estando incluídos nesta rubrica os investimentos de proximidade nas diversas freguesias, com uma verba de trezentos e cinquenta mil euros (350.000€) para investir nas obras de pavimentação em cubo, betuminoso, na construção de muros de suporte e outras obras sinalizadas pelas Juntas de Freguesia, conforme o compromisso político assumido no início do presente mandato. -----

----Na área do desporto, recreio e lazer, estão contemplados investimentos em diversos equipamentos municipais, totalizando seiscentos e setenta e nove mil euros (679.000€). -----

----Para a área do saneamento e abastecimento de água estão dotados seiscentos e sessenta e nove



mil euros (669.000€) de investimento. -----

----Na administração geral, estão dotados investimentos em instalações – que incluem a beneficiação e conservação – e equipamentos próprios, no valor de quinhentos e quarenta mil euros (540.000€). -----

----Nas Grandes Opções do Plano, também se destacam alguns objetivos primordiais para o Executivo, como a requalificação da Casa dos Arcos, a requalificação do Cais de Bitetos, a nova sede da Junta de Freguesia de Soalhães, a requalificação da Praia da Pontinha, a Ponte de Várzea, a requalificação da Rua Avelino Ferreira Torres e da Avenida 25 de Abril, e a beneficiação da área empresarial do Marco, entre outros investimentos cujas dotações serão reforçadas com a inclusão do saldo de gerência do exercício de dois mil e dezanove. -----

----Concluindo a sua apresentação, colocou-se inteiramente à disposição da Assembleia para responder a quaisquer perguntas pertinentes suscitadas pelos seus membros. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **Maria José Cerqueira**, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada (PPD/PSD), trouxe uma vez mais à atenção a questão relacionada com a Ponte de Várzea, que embora tenha sido mencionada na explanação da Presidente da Câmara, não consta dos documentos previsionais em apreço, pelo que questionou se a sua construção está efetivamente perspectivada pelo Executivo para o ano de dois mil e vinte, conforme compromisso que alegadamente terá sido assumido pelo Vice-presidente da Câmara Municipal. ---

----Enfatizando os motivos que tornam esta intervenção tão importante, sublinhou que as opções políticas não se devem sobrepor à necessidade de acautelar a segurança da população da Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada e de todos os que circulam pela Ponte de Várzea, pelo que solicitou ao Executivo uma garantia de que a mesma será realizada, ou de que pelo menos esta será encarada como um investimento prioritário. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **Ricardo Soares**, Presidente da Junta de Freguesia de



Bem Viver (PS), começou por declarar que as solicitações públicas que os Presidentes de Junta efetuam para as suas respetivas freguesias, quando concretizados, devem resultar num agradecimento igualmente público. Assim, enalteceu a opção do Executivo Camarário ao incluir a construção de uma cantina na Escola EB1 da Feira Nova no Orçamento para dois mil e vinte. Realçou que esta intervenção permitirá que se continuem a confeccionar as refeições para os alunos neste estabelecimento escolar, cumprindo todas as normas nutricionais e critérios de qualidade, além de proporcionar aos alunos um espaço condigno para tomarem as suas refeições. Não deixou também de salientar que este mesmo estabelecimento escolar havia sido intervencionado pouco antes das últimas eleições autárquicas, tendo sido inaugurado na véspera da tomada de posse do atual Executivo da Junta de Freguesia. -----

---Concluindo a sua intervenção, congratulou-se com o facto de o Orçamento para dois mil e vinte contemplar mais de vinte intervenções diversas no parque escolar, reconhecendo-se o esforço e a aposta do Executivo nesta área fundamental, conferindo-lhe a relevância que esta merece. -----

---O Membro da Assembleia Municipal, **Miguel Queirós**, Presidente da Junta de Freguesia de Paredes de Viadores e Manhuncelos, começou a sua intervenção fazendo referência a duas obras na sua freguesia que se encontram plasmadas no Plano Plurianual de Investimentos, nomeadamente a remodelação urbanística da Estação do Juncal e a requalificação da EB1 de Paredes de Viadores. No entanto, uma vez que a dotação financeira para estas intervenções – cem euros (100€) – não se coaduna com a sua relevância e importância, questionou se existe a previsão de estas rubricas virem a ser reforçadas com a inclusão do saldo de gerência, visando a efetiva concretização das mesmas. -----

---Reforçando em particular a necessidade de intervenção na EB1 e JI de Paredes de Viadores, passou a prestar informação acerca da evolução do número de alunos neste estabelecimento escolar. No ano letivo de dois mil e dezassete / dois mil e dezoito, a escola teve um total de trinta e



nove alunos matriculados, número este que aumentou para quarenta e três e cinquenta e oito nos anos letivos seguintes, registando-se um aumento de cinquenta por cento (50%) no número de crianças a frequentar o ensino primário e pré-primário neste estabelecimento escolar. Revelou que esta evolução é sustentada na aposta e investimento da Junta de Freguesia de Paredes de Viadores e Manhuncelos nos prolongamentos das atividades letivas, com a escola a abrir às sete e quarenta e cinco, de manhã, e a encerrar às dezoito e quarenta e cinco, para comodidade dos pais e encarregados de educação que trabalham no centro do Marco, além dos campos de férias de verão, no natal e na páscoa. -----

----Face ao exposto, solicitou ao Executivo que efetivamente considere a requalificação da EB1 e JI de Paredes de Viadores como um investimento prioritário para o próximo ano letivo, obra que permitiria conferir maior dignidade a um espaço que tem vindo a acolher um número cada vez maior de crianças, e com tendência para crescer ainda mais. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **Fernando Joaquim Teixeira Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles (PPD/PSD), lembrando que estes argumentos já justificaram no passado o seu voto contra um Orçamento apresentado por um Executivo da sua cor partidária, alertou para o número de rubricas abertas e com dotação insuficiente, em especial no que respeita a intervenções a realizar na sua freguesia. Neste sentido, manifestou uma vez mais a sua preocupação com a questão do saneamento na zona da Agrela, com resíduos industriais a correr a céu aberto e a desaguar no Rio Bufa, o que constitui um crime ambiental que urge corrigir.

----Por outro lado, assinalou não estar vertido no Orçamento apresentado um problema para o qual a Câmara Municipal tem vindo a ser repetidamente alertada, que se prende com o saneamento na Gaia de Cima, Tapada e Cruzinha, tendo a Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles sugerido a construção de uma estação elevatória na zona do Prado, para condução dos efluentes para a ETAR de Maureles. -----



----Tendo analisado os grandes números do Orçamento e constatado a existência de variadas rubricas classificadas com a designação “Outros”, questionou se eventualmente em alguma destas rubricas poderiam ser incluídas estas intervenções necessárias ao nível do saneamento. -----

----Reportou as constantes queixas de munícipes em relação ao aumento do tarifário para despejo de fossas e, acima de tudo, com a indisponibilidade para a realização deste serviço num prazo razoável. -----

----No que respeita ao parque escolar, verifica-se igualmente a abertura de rubricas para intervenção na EB1 de Lordelo, EB1 da Igreja e EB1 de Maureles – esta última ainda com cobertura em amianto, sendo, porém, considerada fundamental para a projeção da freguesia, perspetivando-se que a sua requalificação se pudesse traduzir num aumento significativo do número de alunos a médio prazo. -----

----Chamou a atenção para uma rubrica para construção da ETAR de Maureles, dotada com uma verba de cinco mil euros (5.000€), quando esta obra já se encontra concluída. -----

----Na conclusão da sua intervenção, deixou a sugestão para que na elaboração do Orçamento Municipal para o ano económico de dois mil e vinte e um, possam ser promovidas reuniões com os Presidentes das Juntas de Freguesia, para que estes possam articular com a Câmara Municipal e elencar as principais prioridades de investimento para as suas respetivas freguesias, por forma a alcançar uma projeção mais realista, promovendo também o diálogo institucional, valorizando-se aquilo que são os contributos e reclamações da população. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **Gil Rodrigues** (PPD/PSD), no uso da palavra, e realçando as diversas obras que constam do Orçamento em apreço, não deixou de assinalar que a saúde e estabilidade financeiras que permitem ao atual Executivo perspetivar este conjunto de obras e investimentos ficam a dever-se sobretudo à visão estratégica do anterior Executivo Camarário, e à sua iniciativa de promover a renegociação da dívida municipal, reduzindo para



cerca de metade os encargos com o serviço da dívida. -----

----Relativamente às provisões de processos judiciais, questionou o fundamento da preocupação com as provisões relacionadas com o processo litigioso com a empresa concessionária Águas do Marco, quando alegadamente a Câmara Municipal já terá alcançado um pré-acordo para a cessação do contrato de concessão, na sequência das rondas negociais que têm vindo a ser realizadas, pelo que solicitou um esclarecimento sobre este assunto. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **Nuno Pinto** (PS), deu início à sua intervenção com um reparo à condução dos trabalhos, lamentando o critério restrito que conduziu à retirada da palavra ao deputado **Fernando Costa Vieira** no ponto relativo à apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal, acrescentando que face à pressão exercida pela Bancada do Partido Social Democrata nesse sentido, doravante estará particularmente atento a este tipo de situações e à coerência na aplicação destes mesmos critérios. -----

----Passando para a análise aos documentos previsionais, e ressalvando o seu direito a se pronunciar de forma mais exaustiva em fevereiro de dois mil e vinte, quando o saldo de gerência transitado – com um valor substancial, que ascenderá a cerca treze milhões e meio de euros (13.500.000€) – for englobado no Orçamento Municipal, frisou que grande parte do valor do saldo de gerência a transitar, tal como tem sido prática nos últimos anos, já encontra destinado a reforço de rubricas de despesa corrente, contudo ainda restará uma outra parte que irá reforçar os cerca de oito milhões e quinhentos mil euros (8.500.000€) que já se encontram no Plano Plurianual de Investimentos. -----

----Em termos daquilo que são as opções estratégicas do Executivo, plasmadas nos documentos previsionais, deu destaque à questão da descentralização, realçando a singularidade do presente Orçamento, em termos daquilo que é a perspetiva das competências que o Município virá a assumir definitivamente em dois mil e vinte e um, e que têm de ser desde já cabalmente



enquadradas. -----

----Por outro lado, o Orçamento para dois mil e vinte também enquadra o compromisso da Câmara Municipal no sentido de isentar os utentes das taxas de ligação à rede pública de abastecimento de água e saneamento, sendo este um encargo considerável a suportar pelo Município. -----

----Além disso, o Orçamento para dois mil e vinte também prevê a conclusão de um conjunto de intervenções urbanísticas no centro da cidade, quer a nível de arruamentos, quer a nível de equipamentos culturais. -----

----Identificando-se com os princípios de equidade e de justiça na descentralização de competências nas freguesias, declarou que sempre pugnará pela razoabilidade na distribuição de fundos camarários por cada uma das freguesias, não desconsiderando as evidentes diferenças entre cada uma destas e a natural absorção de recursos dos dois grandes polos urbanos, no Marco e no Baixo Concelho. -----

----Relativamente a uma sugestão que a Bancada do PSD tem vindo a apresentar, no sentido de se aplicarem os fundos disponíveis em depósito a prazo, cujos juros poderiam render até um por cento (1%) para os cofres do Município, fez referência ao conteúdo de uma *newsletter* publicada pela Associação Observatório das Autarquias Locais, onde se lê que *“parece constituir um dado adquirido que alguns bancos estão a apoiar a ação da Associação Portuguesa de Bancos junto do Banco de Portugal, para começar a cobrar comissões pelos depósitos”*, sendo que esta medida compensatória dos juros negativos do BCE também abrangeria as aplicações de instituições públicas. -----

----Tendo em consideração esta informação, declarou que a sugestão da Bancada do PSD, para aplicação de fundos em instrumentos financeiros sem risco e de curto prazo, com uma taxa de juro que atinja um por cento (1%), é manifestamente irrealista e desenquadrada da realidade. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **Luís Vales** (PPD/PSD), no uso da palavra, começou por



declarar que a análise aos documentos previsionais permite aferir que o Orçamento em apreço, no que se refere às opções estratégicas inerentes, representa uma continuidade das políticas de investimento consolidadas pelo anterior Executivo liderado pelo PSD, o que certamente merecerá a concordância e o agrado da Bancada do Partido Social Democrata. -----

----Porém, passando a elencar algumas questões consideradas preocupantes, começou por salientar a subdotação de algumas rubricas, nomeadamente no que diz respeito a investimentos na rede de abastecimento de água e saneamento e na requalificação do parque escolar, ficando muito aquém das reais necessidades do concelho. Por outro lado, excluindo-se a conclusão da empreitada referente à rede de abastecimento de água e saneamento no Torrão, lançada pelo anterior Executivo, o Orçamento para dois mil e vinte não apresenta qualquer obra relevante nesta área, facto do qual se poderá concluir que a atual maioria não considera prioritário o alargamento destas infraestruturas básicas. -----

----O Orçamento também não prevê qualquer dotação financeira para fazer face ao eventual resgate da concessão dos serviços de água e saneamento – não existindo razões concretas que justifiquem satisfatoriamente o atraso no estabelecimento de um acordo pela atual maioria, uma vez que o PSD, em dois mil e dezasseis, já tinha negociado um pré-acordo com vista à cessação do contrato de concessão. -----

----Ainda a propósito da concessão e do anúncio de isenção das taxas de ligação, embora se estime que estas tenham para o Município um custo a rondar os cinco milhões de euros (5.000.000€), não é feita qualquer referência a esta verba no Orçamento, nem é explicado como será acautelado este impacto nas finanças municipais. -----

----Depois, assinalou a dimensão do aumento, em apenas um ano, dos custos decorrentes da contratação de recursos humanos, que ascendem a cerca de quatrocentos e vinte mil euros (420.000€), manifestando total discordância com aquilo que considera ser um sinal preocupante da



gestão da atual maioria socialista. -----

----Além disso, o volume crescente do saldo de gerência a transitar para o exercício seguinte – que em dois mil e dezanove se estima na ordem dos treze milhões e meio de euros (13.500.000€) – também é um sinal revelador da incapacidade do Executivo em cumprir todos os compromissos orçamentais assumidos, em matéria de investimento. -----

----Do ponto de vista estratégico, designadamente no que se refere à sua vertente de instrumento impulsionador da economia local, através do estímulo à fixação das famílias e captação de investimento das empresas, o Orçamento apresentado aparenta ser pouco ambicioso, na medida em que pouco ou nada acrescenta às linhas orientadoras e medidas anteriormente implementadas pelo PSD, em matéria de redução de impostos, conjugada com a reestruturação da dívida. -----

----Do ponto de vista formal, declarou que o Orçamento em apreço, por opção política da atual maioria do Partido Socialista, viola os princípios orçamentais da universalidade e da especificação previstos no POCAL, uma vez que não compreende todas as despesas e receitas, ao não contemplar cerca de cinco milhões e meio de euros (5.500.000€) de despesa corrente diferida – opção sem justificação razoável desde a entrada em vigor da Lei n.º 114/2017, Lei do Orçamento de Estado para dois mil e dezoito, que veio permitir a integração do saldo de gerência do exercício anterior logo no início do ano, bastando para o efeito que a Câmara Municipal submeta à aprovação da Assembleia Municipal o mapa dos fluxos de caixa – além de não discriminar suficientemente todas as receitas e despesas previstas, apresentando rubricas descritas na despesa corrente simplesmente como “outras”, com valores superiores a um milhão de euros (1.000.000€).

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, respondendo às várias questões colocadas e considerações efetuadas, e começando pela intervenção do deputado **Ricardo Soares**, Presidente da Junta de Freguesia de Bem Viver, em relação à obra solicitada para a cantina da Escola EB1 de Bem Viver, em Ariz, assinalou a contextualização do tema, vincando



que o referido estabelecimento escolar, após ser alvo de obras de requalificação estimadas em cerca de sessenta e nove mil euros (69.000€), foi inaugurado apenas um dia antes da tomada de posse do atual Executivo da Junta de Freguesia. Embora tenham sido efetuadas intervenções ao nível da remodelação dos sanitários e sala de professores, substituição da caixilharia e dos balcões de madeira por balcões em inox, certo é que nas visitas que o Executivo tem realizado a vários equipamentos escolares, e particularmente ao estabelecimento mencionado, têm sido feitas várias reclamações por parte do corpo docente em relação à ineficiência das intervenções realizadas em dois mil e dezassete, reivindicando sistematicamente melhores condições, nomeadamente ao nível da cozinha, para a confeção das refeições, a ampliação do refeitório, que atualmente não tem capacidade para servir toda a comunidade escolar local, a criação de um espaço para o desenvolvimento de atividades extracurriculares e o melhoramento do espaço exterior do recreio. -

----Assinalou não ser a primeira vez que situação similar ocorre, recordando o caso ainda mais grave da Escola EB1 do Marco, que apesar de intervencionada com recurso a fundos comunitários, teve de ser novamente requalificada no decurso do presente mandato, com investimentos na beneficiação da cozinha, para que esta pudesse ter condições para a confeção das refeições para os mais de trezentos alunos que frequentam este estabelecimento escolar. -----

----Face ao exposto, fica evidente que seria prática do anterior Executivo liderado pelo Partido Social Democrata concretizar obras de forma apressada, sem o devido planeamento, resultando num desperdício de recursos que de outro modo poderiam ser utilizados para dar resposta às reiteradas reivindicações das Juntas de Freguesia ou para intervir em outros estabelecimentos escolares. -----

----Concluindo este tema, referiu que sendo o Executivo Camarário sensível às necessidades e às reclamações apresentadas pela comunidade educativa, a obra de requalificação da Escola EB1 de Bem Viver terá o seu projeto elaborado, para concretização durante o ano de dois mil e vinte. -----



----Em relação à intervenção do deputado e Presidente de Junta, **Miguel Queirós**, relativamente a obras e projetos fundamentais que se encontram cabimentados com verbas muito reduzidas, uma vez mais explicou que o saldo de gerência a transitar, na ordem dos treze milhões e meio de euros (13.500.000€) – com cerca de oito milhões e meio de euros (8.500.000€) de despesas de capital diferidas para o ano seguinte – confere uma margem orçamental confortável que permitirá reforçar convenientemente estas mesmas rubricas, respeitantes a obras a realizar em dois mil e vinte. -----

----Sobre a referência à existência de coberturas de amianto, e aproveitando para dar resposta às considerações do deputado **Luís Vales**, sobre este ser alegadamente um Orçamento de continuidade, fez notar que foi o atual Executivo que, logo no início do corrente mandato e após a tomada de posse, estabeleceu a educação como prioridade, iniciando um processo de identificação dos onze estabelecimentos escolares que ainda possuem coberturas com amianto, com elaboração, já no ano de dois mil e dezoito, dos respetivos projetos para substituição das mesmas, para apresentação de candidatura a fundos comunitários, estimando-se que com um investimento de cerca de um milhão e meio de euros (1.500.000€), com cofinanciamento comunitário a oitenta e cinco por cento (85%), seria possível resolver o problema dos onze estabelecimentos escolares identificados. Porém, infelizmente a candidatura apresentada não correspondia aos critérios de elegibilidade da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, acabando por ser rejeitada. -----

----Consequentemente, prevê-se que as necessárias intervenções tenham de ser realizadas com exclusivo recurso a fundos próprios da Câmara Municipal – salientando, a título de exemplo, que a verba despendida somente na Escola da Barroca foi praticamente equivalente à componente municipal que seria investida na substituição das coberturas nos onze estabelecimentos escolares, caso tivessem sido disponibilizados fundos comunitários para o efeito. Apesar deste constrangimento e vicissitude, a Câmara Municipal não se desresponsabilizou; pelo contrário, iniciou um caminho para a concretização gradual destes mesmos investimentos com capitais



próprios. Assim, em dois mil e dezanove foram intervencionados três estabelecimentos escolares, perspetivando-se que em dois mil e vinte possam ser substituídas as coberturas em mais três escolas, de acordo com a disponibilidade financeira do Município. -----

---Porém, fez questão de ressaltar que o amianto está presente nas escolas e em outros edifícios públicos há largos anos, muito antes da vigência do mandato do Partido Socialista na Câmara Municipal, sendo um problema que poderia ter sido resolvido ou pelo menos tratado com outra preocupação em anos anteriores. -----

---Confirmando que de acordo com os dados também recolhidos pela Câmara Municipal, a população escolar na Freguesia de Paredes de Viadores e Manhuncelos, e particularmente na EB1 e JI de Paredes de Viadores, tem vindo a aumentar a cada ano, garantiu que está a ser efetuada uma avaliação interna por parte dos serviços, com todos os Agrupamentos de Escolas, de forma a aferir quais as principais prioridades de intervenção, levando também em conta as dinâmicas da população escolar e a perspetiva de manutenção em funcionamento de cada um dos estabelecimentos escolares. -----

---A este propósito, e conforme já tem vindo a ser discutido com todos os Presidentes das Juntas de Freguesia, declarou ser fundamental olhar para este tema de forma objetiva e pragmática, sem qualquer tipo de bairrismo, visto que a médio e longo prazo não será sustentável, em termos de gestão de dinheiros públicos, manter em funcionamento escolas ou jardins de infância com pouquíssimos alunos, quando existem outras soluções de proximidade. Acrescentou que apesar de não ser uma competência direta da Câmara Municipal, mas da Direção Geral de Educação, é importante aprofundar esta discussão e maturar todos os argumentos, em articulação com os Presidentes de Junta e com os Agrupamentos Escolares, de modo a que a Câmara Municipal não incorra no prejuízo decorrente de concretizar investimentos avultados em estabelecimentos escolares que venham a encerrar a curto prazo. -----



---Pelas razões invocadas, reiterou que se algumas das rubricas referentes a intervenções em estabelecimentos escolares vão ser efetivamente reforçadas com a integração do saldo de gerência, também será certo que alguns investimentos em determinadas escolas não serão de momento justificáveis, tratando-se naturalmente de uma opção política pela qual o Executivo assume total responsabilidade, com o intuito de gerir de forma eficiente os fundos disponíveis para a beneficiação do parque escolar, renovação de equipamentos e mobiliário e aposta em medidas que potenciem o sucesso escolar, de acordo com as políticas que têm vindo a ser delineadas e seguidas pelo Executivo. -----

---Passando para a intervenção do deputado **Gil Rodrigues**, uma vez mais salientou que se é verdade que a renegociação do serviço da dívida, preconizada pelo anterior Executivo, concedeu ao Município uma maior disponibilidade financeira para efetuar investimentos, é igualmente verdade que essa renegociação da dívida municipal só foi possível graças à janela de oportunidade contemplada pelo Governo do Partido Socialista no Orçamento de Estado, em dois mil e dezassete, conferindo ao Município a possibilidade de dar os passos necessários para a cessação do contrato de reequilíbrio financeiro que há vários anos condicionava a sua ação e autonomia. -----

---Relativamente às provisões, esclareceu que independentemente das negociações em curso com a empresa concessionária, sempre que existe um processo judicial com risco de condenação, torna-se obrigatório o aprovisionamento das potenciais despesas – de acordo com o n.º 1 do art.º 46.º da Lei n.º 73/2013 – sendo que neste caso em concreto, as provisões ascendem a vinte e dois milhões e duzentos mil euros (22.200.000€), fruto do pagamento de indemnização a que o Município foi condenado por sentença do Tribunal Arbitral, no valor de dezasseis milhões de euros (16.000.000€), acrescidos de juros, além de uma provisão relativa a faturas de saneamento não pagas, e que remontam ao ano de dois mil e quatro, que com os respetivos juros de mora também ascendem a cerca de um milhão e trezentos mil euros (1.300.000€). -----



----Relativamente à intenção anunciada de isenção das taxas de ligação e de ramal, indicou que a Câmara Municipal tem vindo a dar os passos que foram elencados na última Assembleia Municipal, imprescindíveis para a concretização desta medida, como sendo a aprovação em reunião de Câmara da proposta para iniciar o procedimento de alteração ao regulamento, e elaboração do próprio regulamento atualizado, que a breve prazo será apreciado pelo Executivo em reunião de Câmara, acompanhado pela fundamentação da isenção e estudo de viabilidade económico-financeira, e posteriormente colocado a discussão pública, por um período de trinta dias úteis. -----

----Frisou, porém, que para além da questão regulamentar e procedimental, é imperativo que o Município mantenha o diálogo e as negociações com a empresa concessionária Águas do Marco, com o intuito de alcançar o melhor acordo possível para ambas as partes, que conduza à resolução do litígio judicial pendente, que tem penalizado fortemente o Município, em especial no que concerne ao acesso a fundos comunitários para alargamento das redes de abastecimento de água e saneamento. -----

----Neste sentido, deu a conhecer aquele que poderá traduzir-se como um constrangimento temporário ao normal desenrolar destas negociações, e que se prende com a operação de transmissão de titularidade do capital social da empresa detentora do grupo onde se integrava a Águas do Marco (SOMAGUE Ambiente), recentemente vendida a um grupo económico gerido pelo Banco BCP. Consequentemente, as negociações irão prosseguir com os novos acionistas, tendo já sido solicitado o agendamento de uma reunião, estando o Município na expectativa de que estes também partilhem o desejo de alcançar uma rápida resolução para um litígio que já se arrasta por um longo período. -----

----Assegurou que nesta matéria a Câmara Municipal não tem estado parada, tomando todas as diligências para que, em princípio, seja possível apreciar e aprovar os procedimentos para as



referidas isenções na Assembleia Municipal de fevereiro de dois mil e vinte. -----

----Sobre a intervenção do deputado **Luís Vales**, e complementando a informação prestada, relativamente às suas preocupações com a beneficiação do parque escolar, declarou que apesar de a Câmara Municipal estar a investir nesta área a expensas próprias, ainda mantém a esperança de que os critérios possam ser de algum modo alterados, no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, e que ainda possa ser possível aceder a fundos comunitários que possam alavancar estes investimentos, a realizar não apenas nos estabelecimentos escolares que ainda possuem coberturas em amianto, mas em todos aqueles que possam carecer de uma intervenção mais abrangente a outros níveis. Neste sentido, assinalou que as obras de requalificação na Escola da Barroca, Escola de Sobretâmega e Escola da Esperança resultam num investimento superior a meio milhão de euros (500.000€); porém, a ação da Câmara Municipal não se esgotou nestas requalificações de maior monta, tendo sido registadas mais de cento e vinte intervenções durante os períodos de interrupção letiva, em várias escolas do concelho, por forma a garantir que as mesmas estão devidamente apetrechadas e que concedem aos alunos todas as condições de dignidade e de conforto. -----

----Quanto à orçamentação dos valores estimados em termos de isenção de taxas de ligação à rede pública de água e saneamento, explicou que esta só será possível após a conclusão e apresentação do estudo económico-financeiro que está a ser elaborado para fundamentar esta medida proposta. Até ao momento, tudo o que a Câmara Municipal possui é uma estimativa fornecida pela Águas do Marco, tendo por base o número de utentes com capacidade de ligação imediata à rede, por freguesia, com um custo que rondaria os três milhões, trezentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e catorze euros (3.325.414€) para a globalidade do concelho. No entanto, a Câmara Municipal entende que este valor poderá não ser totalmente acurado, razão pela qual optou por aguardar pelo estudo económico-financeiro encomendado, antes de proceder à orçamentação dos custos a



suportar pelo Município. -----

----Defendendo que a opção tomada pela Câmara Municipal também visa salvaguardar a questão da preservação ambiental e da saúde pública, garantiu que independentemente do valor que venha a ser apurado no referido estudo, a Câmara Municipal assumirá esse investimento, tendo acautelado provisões financeiras passíveis de dar resposta efetiva a esta necessidade, ainda que mediante plafonamento anual. -----

----O Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Mário Bruno Magalhães**, em complemento, e começando pelas questões colocadas pela deputada **Maria José Cerqueira**, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada, assegurou que a Ponte de Várzea é uma obra a concretizar, estando previsto o seu início para dois mil e vinte. Referiu que mais do que uma opção política, a concretização desta obra é uma necessidade imperativa, para servir a população desta freguesia. -----

----Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, revelou que a Câmara Municipal está a elaborar um plano de investimentos para ampliação da rede de abastecimento de água e saneamento, levando em consideração a necessidade de ultrapassar alguns graves passivos ambientais que subsistem na freguesia. -----

----Passando para a intervenção do deputado **Luís Vales**, contrapôs as afirmações segundo as quais o Orçamento para dois mil e vinte não prevê nenhuma obra de alargamento das redes de água e saneamento fazendo alusão à página vinte e nove do documento, onde é referido um investimento de oito milhões e meio de euros (8.500.000€) nesta área, que posteriormente será reforçado com a inclusão do saldo de gerência, perfazendo um total de treze milhões e meio de euros (13.500.000€) de investimento. -----

----Além disso, fez notar que ao contrário do que era prática usual no passado, todas as intervenções de requalificação urbana contemplam a devida infraestruturção da rede de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 05
REALIZADA EM 22/11/2019

abastecimento de água e saneamento, prévia à pavimentação, como no caso da Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, Rua Carneiro Geraldês, Rua Adelino Amaro da Costa, zona envolvente aos Paços do Concelho, e Rua da Santa Casa da Misericórdia. Ademais, a Câmara Municipal também irá integrar na concessão os subsistemas geridos pelas Juntas de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, Várzea, Aliviada e Folhada, Santo Isidoro e Livração e Constance. -----

---Também previstos em Orçamento estão os investimentos na zona envolvente à Ponte de Canaveses – cerca de quinhentos mil euros (500.000€) – a instalação de uma estação elevatório no Bairro do Pisão Novo, para resolver um grave passivo ambiental, redes de água e saneamento junto às Caldas de Canaveses – obra não concretizada pelo anterior Executivo – e requalificação da ETAR de Ponte das Tábuas. -----

---Sobre este tema, referiu que um dos problemas que o Marco de Canaveses enfrenta atualmente é que a necessidade de alargamento da rede pública de abastecimento de água e saneamento concorre com a premência de renovação e manutenção das infraestruturas existentes. Assim, simplesmente declarar a inexistência de investimentos em qualquer uma destas áreas não passará de um mero exercício de demagogia política, ao qual respondeu afirmando que este será, sem dúvida, o Orçamento que mais investe em infraestruturas de água e saneamento dos últimos anos, não deixando de assinalar que em doze anos de Executivos liderados pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Marco de Canaveses, nem um metro linear de rede foi instalado na Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, apenas para apontar um exemplo. -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira**, respondendo à intervenção do deputado **Luís Vales** em relação ao incremento das despesas com pessoal – cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000€) face ao Orçamento para dois mil e dezanove – passou a destacar algumas das alterações com maior impacto nesta área, a saber, as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório – o denominado descongelamento de carreiras,



possível graças à ação do atual Governo Socialista – que serão pagas integralmente a partir de dezembro de dois mil e dezanove, e que representam um aumento de sessenta e nove mil euros (69.000€) ao nível dos encargos com pessoal, incidindo sobre os vencimentos de duzentos e cinco colaboradores do Município; implementação do PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública, sob o qual foram integrados e iniciaram funções, em outubro de dois mil e dezanove, seis técnicos, representando uma despesa de sessenta e sete mil euros (67.000€); aumento de cerca de cento e setenta e cinco mil euros (175.000€) na rubrica de recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho – com os recrutamentos previstos para dois mil e vinte já identificados no Plano Anual de Recrutamento, que integra a proposta de orçamentação e gestão das despesas com pessoal, anexa aos documentos previsionais – que diz respeito a postos de trabalho vagos no Mapa de Pessoal, resultantes da saída de trabalhadores, e para os quais pode vir a justificar-se o seu recrutamento; impacto nos encargos sociais decorrente do aumento do número de colaboradores, com uma despesa correspondente de cerca de cento e noventa e quatro mil euros (194.000€). -----

----Mais explicou que embora tenham saído onze assistentes operacionais no decurso do ano de dois mil e dezanove, por motivo de aposentação, a Câmara Municipal apenas abriu concurso público para integração de dois novos colaboradores. -----

----Salientando a rigorosa gestão que a Câmara Municipal tem efetuado neste capítulo, sublinhou uma vez mais a criação da Divisão de Contratação e Aprovisionamento. Apontando alguns exemplos dos benefícios da ação desta recém-criada Divisão, declarou que pela primeira vez foi lançado um concurso público internacional para aquisição de serviços de seguros, para atualização da carteira de seguros e apólices do Município, bem como respetivas coberturas, de acordo com os riscos legalmente aplicáveis aos equipamentos e à atividade regular municipal. Também por via da ação desta nova Divisão, a Câmara Municipal passou a obter ganhos de escala na aquisição de



combustíveis, tendo inclusivamente aferido que o depósito constante do estaleiro municipal no final do contrato revertia a favor do Município, encontrando-se atualmente na propriedade municipal. Ilustrando com números as suas declarações anteriores, indicou que no ano de dois mil e dezassete, a Câmara Municipal despendeu cerca de cento e oitenta e três mil euros (183.000€) com aquisição de gasóleo; em dois mil e dezanove, esse valor caiu para cerca de cento e trinta e três mil euros (133.000€). -----

----Porém, para além dos benefícios advenientes das claras reduções de custos, a Câmara Municipal também está atualmente a cumprir com questões legais e formais, com ganhos a nível de gestão e planeamento, bem como a desmaterialização de procedimentos, que implicam um maior controlo na execução contratual, com redução de custos indiretos com mão de obra e maior celeridade processual. -----

----Apontando alguns exemplos adicionais, informou ter sido lançado um procedimento para aquisição de gás natural e propano a granel por lotes – uma vez que não existia qualquer procedimento para aquisição de gás em vigor; também pela primeira vez, os transportes escolares – despesa anual superior a um milhão de euros (1.000.000€) – foram sujeitos ao procedimento legalmente aplicável, com submissão ao Tribunal de Contas. -----

----No que concerne às empreitadas correntes – por exemplo, concursos públicos na modalidade de adjudicação por lotes – a Câmara Municipal consegue por esta via incrementar a concorrência, através do fomento à participação de micro, pequenas e médias empresas nos procedimentos de contratação pública, além de permitir a redução dos prazos de execução com diferentes adjudicatários e equipas de trabalho em todo o território municipal. -----

----Por outro lado, por ter adotado um sistema de fornecimentos contínuos, a Câmara Municipal passa apenas a requisitar os bens estritamente necessários, deixando de ter *stock* próprio. -----

----Face ao exposto, declarou que as medidas de boa gestão implementadas pelo atual Executivo,



sobretudo no que diz respeito à agregação de procedimentos com similar tipologia, permitem alcançar um ganho de escala e obtenção de melhores preços, apostando-se paralelamente na desmaterialização dos procedimentos, com a aquisição de novas plataformas eletrónicas, financiadas pelo Projeto TIC, permitindo um maior rigor e controlo na fase pré-contratual e na execução dos contratos. Embora sem reflexos diretos no Orçamento Municipal, estes mecanismos indiretamente tornam os processos mais céleres e eficazes, enquadrados com a Legislação e normas vigentes. -----

---O Membro da Assembleia Municipal, **Luís Vales** (PPD/PSD), fez alusão à página trinta e quatro do Orçamento para dois mil e vinte, onde se refere que na área do saneamento e abastecimento de água estão já previstos e dotados seiscentos e sessenta e nove mil euros (669.000€) de investimento, do qual se destaca a conclusão da rede de abastecimento de água e saneamento no Torrão, com trezentos e noventa mil euros (390.000€), restando apenas duzentos e setenta e nove mil euros (279.000€) para outros investimentos. -----

---Em relação à referência à reabilitação da Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, zona envolvente dos Paços do Concelho e conclusão da reabilitação da Avenida Eng.º Adelino Amaro da Costa – obras de investimento avultado – questionou se estes locais não estavam já dotados com infraestruturas de água e saneamento, sendo que, em caso afirmativo, tais investimentos não poderão ser contabilizados como novas infraestruturas. -----

---Desta forma, poder-se-á depreender que o verdadeiro investimento em novas infraestruturas de água e saneamento se resume a seiscentos e sessenta e nove mil euros (669.000€), dos quais cerca de trezentos e noventa mil (390.000€) serão para a zona do Torrão. -----

---O Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Mário Bruno Magalhães**, em resposta, declarou que ao contrário do que aparenta ser a perspetiva do deputado **Luís Vales**, a Câmara Municipal não irá investir na pavimentação das áreas mencionadas sem primeiro proceder à substituição das



tubagens obsoletas – apontando como exemplo flagrante o caso da Rua Eng.º Carneiro Geraldês, em que a Câmara Municipal era reiteradamente solicitada para intervir na sequência de abatimentos do piso, uma vez que as infraestruturas existentes se encontravam em deplorável estado de conservação, tendo a sua substituição integral sido contemplada na empreitada de requalificação desta artéria. Chamando novamente a atenção para a página vinte e nove do Orçamento, frisou estar previsto um investimento na ordem dos oito milhões e meio de euros (8.500.000€), que incluem a renovação das infraestruturas de água e saneamento em todas as vias que a Câmara Municipal se propõe requalificar, anteriormente elencadas. -----

---Relativamente à integração na concessão dos subsistemas ainda geridos por Juntas de Freguesia, explicou que, naturalmente, a empresa concessionária não estará disposta a aceitar a receção de infraestruturas obsoletas e totalmente precárias, sem que primeiro a Câmara Municipal proceda à sua substituição – sendo esta também uma exigência da própria entidade reguladora (ERSAR) – investimentos igualmente previstos para o ano de dois mil e vinte. -----

---Não havendo mais inscrições para intervir por parte do plenário, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu de imediato à votação do **Ponto Três**, **Ponto Dois** da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por **maioria**, com vinte e dois (22) votos a favor, zero (00) votos contra, e treze (13) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta. -----

---**PONTO TRÊS, PONTO TRÊS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente à Taxa de Lançamento de Derrama para o ano de 2019.** -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, enfatizando ser pretensão do Executivo Municipal continuar a não cobrar a taxa máxima prevista na Lei, no que concerne à Derrama, com o intuito de proporcionar um forte incentivo à promoção do investimento empresarial e criação de emprego, por via da



política fiscal municipal adotada. -----

----Assim, propõe-se que em relação ao lucro tributável do período fiscal de dois mil e dezanove, a Assembleia Municipal aprove o pedido de autorização para lançamento da taxa normal de Derrama, de um por cento (1%) a aplicar aos sujeitos passivos com volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros (150.000€), e isentar do pagamento desta taxa os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros (150.000€). -----

----O Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Três** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e cinco (35) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO QUATRO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Taxa de Imposto Municipal sobre imóveis para o ano 2019.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, indicando que no seguimento da política municipal de alívio fiscal sobre as famílias Marcoenses, pretende-se manter o nível da tributação do Imposto Municipal sobre Imóveis, propondo-se à Assembleia Municipal o pedido de autorização para lançamento da taxa de IMI pelo valor mínimo de zero vírgula três por cento (0,3%) para os prédios urbanos, e uma redução fixa do IMI a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano, destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo, ou do seu agregado familiar, com dependentes a cargo – quarenta euros (40€) para famílias com dois dependentes a cargo, e setenta euros (70€) para famílias com três ou mais dependentes a cargo. -----

----O Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Quatro** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e cinco (35) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta. --



---**PONTO TRÊS, PONTO CINCO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente à participação variável no imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares relativa aos rendimentos de 2020.** -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, apresentou este ponto, no qual se propõe à Assembleia Municipal a aprovação do pedido de autorização para fixação da participação de quatro por cento (4%) no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Marco de Canaveses, relativamente aos rendimentos de dois mil e vinte, à semelhança da taxa fixada no ano transato. -----

---O Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Cinco** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e cinco (35) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta. --

----**PONTO TRÊS, PONTO SEIS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2020.** -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, apresentou este ponto, explicando tratar-se da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitidas pelas empresas que oferecem serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente Município. -----

---Assim, propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação do pedido de autorização para fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de dois mil e vinte em zero vírgula cinco por cento (0,5%). -----

---O Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Seis** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e cinco (35) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta. -----



----O Membro da Assembleia Municipal, **Susana Loureiro** (PPD/PSD), no uso da palavra, apresentou a declaração de voto que seguidamente se transcreve. -----

----*“Declaração de Voto: O Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente os pontos 3.3 ao 3.6 da ordem de trabalhos, uma vez que as propostas apresentadas pelo Executivo PS nos preditos pontos, vêm na continuidade da política de alívio fiscal que o PSD iniciou em dois mil e dezassete, logo que foi liquidado o contrato de reequilíbrio financeiro e renegociada a dívida remanescente. Pelo Grupo Municipal do PSD.”* -----

----**PONTO TRÊS, PONTO SETE – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente à Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, começando por explicar que o Decreto-lei n.º 58/2019, de trinta de abril, concretiza o quadro da transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores, sendo que a transferência destas competências para as entidades intermunicipais depende do acordo prévio da totalidade dos Municípios que as integram, materializado em decisões dos respetivos órgãos deliberativos, que constitui condição de eficácia e de assunção das respetivas competências. -----

----A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, por via do seu Conselho Intermunicipal, em reunião havida a oito de março de dois mil e dezanove, deliberou no sentido de reunir condições para aceitar o exercício de todas estas competências. Assim, propõe-se à Assembleia Municipal a aceitação da competência prevista para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores. ----



---O Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Sete** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e três (33) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta.-----

---**PONTO TRÊS, PONTO OITO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à 3.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal do Marco de Canaveses – ano económico 2019.** -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, explicando que a revisão orçamental proposta tem origem tão somente na necessidade de criar e dotar a rubrica de reposições não abatidas nos pagamentos, originada pela entrada de uma verba referente à reposição de um montante de pagamento orçamento ocorrido no exercício de dois mil e dezoito, a favor do Município. No caso específico, trata-se da devolução de uma verba referente ao pagamento de despesa corrente efetuado à ADSE, no valor de seiscentos e noventa e cinco euros (695€). De notar que atendendo à natureza da receita proveniente das reposições não abatidas nos pagamentos, para efeitos da elaboração dos documentos previsionais, o capítulo económico respetivo não deve, em regra, ser dotado, pelo que se durante o exercício económico forem detetadas situações desta natureza, a autarquia deverá proceder a uma revisão do Orçamento, conforme está neste momento a propor. -----

---O Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Oito** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e cinco (35) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta. -----

---**PONTO TRÊS, PONTO NOVE – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.** -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, passou a apresentar este ponto, onde se propõe, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e para os efeitos



previstos na Lei, a aprovação de emissão de uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos que resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano, em que os respetivos encargos não excedam o limite legalmente previsto, de noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros, e cinquenta e oito cêntimos (99.759,58€) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação, até um prazo de execução de três anos, ou que resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamento e alterações ao cronograma físico de investimentos, ou quando o plano de liquidação de pagamentos em atraso, ou subsequentes modificações, gerem encargos plurianuais. -----

----O Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Nove** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e cinco (35) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta. --

----**PONTO TRÊS, PONTO DEZ – Para conhecimento: Informação sobre os Compromissos Plurianuais face à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA.** -----

----Tomado conhecimento. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO ONZE – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente ao recrutamento para cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Económico.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, começando por relembrar que a estrutura orgânica dois serviços municipais foi alterada a vinte e seis de agosto de dois mil e dezanove, prevendo-se a criação de uma Divisão de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Económico, integrada no Departamento Financeiro, Económico e Social, sendo imprescindível dotar a referida unidade orgânica do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 05
REALIZADA EM 22/11/2019

respetivo dirigente intermédio de segundo grau (Chefe de Divisão), conforme previsto no Mapa de Pessoal, garantindo assim a prossecução das respetivas atribuições e competências, e que, atuando sob critérios de qualidade, eficácia, eficiência, simplificação de procedimentos, cooperação, comunicação eficaz e aproximação ao cidadão, assegure o bom desempenho dos serviços, garantindo a otimização dos recursos humanos, financeiros e materiais e a plena satisfação dos destinatários da sua atividade. -----

----Face ao exposto, propõe-se que seja autorizada a abertura de procedimento concursal de seleção para provimento de um cargo de Chefe de Divisão dos Assuntos Sociais e Desenvolvimento Económico, com um júri composto pelo Dr. Fernando Alberto Pedroso da Silva, Chefe da Divisão de Contratação e Aprovisionamento da Câmara Municipal de Marco de Canaveses (Presidente), pelo Eng.º Nuno Filipe Gonçalves Medão Ferreira, Chefe da Divisão de Edifícios e Equipamentos da Câmara Municipal de Marco de Canaveses (Primeiro Vogal efetivo), e pela Dra. Olga Maria Azevedo de Melo, Chefe de Equipa Multidisciplinar de Educação, Inclusão e Coesão Social e Qualidade de Vida da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (Segunda Vogal efetiva), além de dois suplentes. -----

----O Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Onze** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e cinco (35) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta. --

----**PONTO TRÊS, PONTO DOZE – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal para a autorização para assunção de compromissos plurianuais – 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para o ano económico de 2019 e seguintes.**

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, apresentando este ponto previamente aditado à ordem de trabalhos, explicou que a autorização solicitada diz respeito ao facto de, por lapso dos serviços aquando da reprogramação dos investimentos no âmbito do



PARU, em dois mil e dezanove, não ter sido contemplado o pedido de alteração da programação física e financeira da obra, efetuado pelos serviços técnicos municipais. A referida reprogramação resulta em que a obra do Museu Municipal tenha o seu término, não em dois mil e vinte, como inicialmente previsto, mas no decurso do ano de dois mil e vinte e um, o que implica a assunção de compromissos plurianuais, não contemplados no Plano Plurianual de Investimentos. -----

----Consequentemente, e para que não se verifiquem atrasos desnecessários na obtenção do visto do Tribunal de Contas, e de acordo com a documentação remetida à Assembleia, solicita-se a aprovação do presente ponto pelo órgão deliberativo, de acordo com o n.º 2 do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro. -----

----O Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Doze** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e cinco (35) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta. --

----Terminada a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa, deu de imediato a palavra à Segunda Secretária, **Maria Gorete Lopes Pinheiro**, para que sejam aprovados em minuta os seguintes pontos: três, ponto dois (**3.2**), três, ponto três (**3.3**), três, ponto quatro (**3.4**), três, ponto cinco (**3.5**), três, ponto seis (**3.6**), três, ponto sete (**3.7**) três, ponto oito (**3.8**), três, ponto nove (**3.9**), três, ponto onze (**3.11**), e três, ponto doze (**3.12**) da Ordem de Trabalhos da única reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

----Nada mais havendo a tratar, quando eram duas horas e cinco minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dezanove, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, deu por encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que eu, **Maria Gorete Lopes Pinheiro**, na qualidade de Segunda Secretária redigi, não transcrevendo na íntegra as intervenções, mas apenas um resumo dos assuntos tratados e das decisões tomadas, uma vez que existe uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 05
REALIZADA EM 22/11/2019

gravação e também a transcrição na íntegra que ficam arquivadas, e podem ser lida e ouvida por qualquer membro que o solicite. -----

-----O Presidente da Mesa-----

-----Jorge Francisco Vieira-----

-----O Primeiro Secretário-----

-----Bruno Daniel Sousa Caetano -----

-----A Segunda Secretária-----

-----Maria Gorete Lopes Pinheiro-----